



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
Escola De Minas
Departamento de Arquitetura e Urbanismo



Isabela Ramos Ferreira

Casa Maxwell Silva:

**Abrigo Institucional de apoio à ressocialização de egressos do Sistema
Prisional em Mariana-MG**

Ouro Preto

2022

Isabela Ramos Ferreira

Casa Maxwell Silva:

**Abrigo Institucional de apoio à ressocialização de egressos do Sistema
Prisional em Mariana-MG**

Trabalho Final de Graduação (2ª etapa)
apresentado ao Departamento de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade
Federal de Ouro Preto, como requisito
parcial para obtenção do grau de
Bacharela em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Yuri Queiroz Abreu
Torres

Ouro Preto

2022

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

F383c Ferreira, Isabela Ramos.

Casa Maxwell Silva [manuscrito]: abrigo institucional de apoio à ressocialização de egressos do sistema prisional em Mariana-MG. / Isabela Ramos Ferreira. - 2022.

83 f.: il.: color., gráf., tab., mapa.

Orientador: Prof. Dr. Yuri Queiroz Abreu Torres.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Escola de Minas. Graduação em Arquitetura e Urbanismo .

1. Sistema prisional. 2. Ressocialização. 3. Ex-prisoneiros. 4. Prisões - Missões e assistência social. 5. Psicologia do sistema prisional. I. Torres, Yuri Queiroz Abreu. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 72:711.4

Bibliotecário(a) Responsável: Maristela Sanches Lima Mesquita - CRB-1716



FOLHA DE APROVAÇÃO

Isabela Ramos Ferreira

Casa Maxwell Silva: Abrigo Institucional de apoio à ressocialização de egressos do Sistema Prisional em Mariana-MG

Monografia apresentada ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Arquiteta e Urbanista

Aprovada em 15 de junho de 2022

Membros da banca

[Doutor] - Yuri Queiroz Abreu Torres- Orientador - (Universidade Federal de Ouro Preto)
[Doutora] - Fernanda Alves de Brito Bueno - (Universidade Federal de Ouro Preto)
[Mestre] - Alcimar Abreu Silveira - (Membro Externo)

[Yuri Queiroz Abreu Torres], orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 19/07/2022



Documento assinado eletronicamente por **Yuri Queiroz Abreu Torres, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 19/07/2022, às 22:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0364682** e o código CRC **7ED06ECO**.

À memória do meu irmão, Maxwell Silva.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus por ter sido perfeito em cada detalhe, por ter me sustentado em todas as dificuldades e me guiado até essa vitória.

À minha Avó Maria por ser a minha guia, a minha paz e a minha força.

Aos meus pais por todo apoio, amor incondicional e investimento na minha educação, essa vitória é inteiramente para vocês.

Às minhas irmãs e a toda a minha família pelas orações e por acreditarem na minha vitória.

Ao Koah, por ser fonte de amor inesgotável e por sempre restaurar as minhas forças.

Ao Lucas, por ter segurado na minha mão e atravessado junto comigo todas as dificuldades desta jornada.

A todos os meus amigos e amigas que me fortaleceram e sempre torceram pelo meu sucesso.

Ao orientador Yuri por toda a colaboração, apoio e conhecimento compartilhado.

A todos que fazem parte da luta por assistência aos aprisionados e egressos do sistema prisional de Mariana, que contribuíram amplamente para a minha pesquisa.

E por fim, agradeço a Universidade Pública pelo ensino de qualidade e por toda transformação na minha vida!

RESUMO

O sistema prisional brasileiro é historicamente conhecido, estudado pela academia e debatido pela sociedade civil. Suas problemáticas revelam crises estruturais e sistêmicas, que impossibilitam a efetivação do seu papel, como ferramenta de ressocialização do sujeito que comete um delito. O retrato dos estabelecimentos prisionais no Brasil é marcado por infraestrutura precária, superlotação, insalubridade e violação de direitos humanos. Assim, o encarceramento não consegue proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado, conforme previsto na Lei de Execução Penal nº 7.210 (BRASIL, 1984), culminando na transferência da problemática para o cenário pós prisional. Os indivíduos quando libertos enfrentam um novo desafio para retomar o convívio social, familiar e laboral diante a comunidade. Ao contrário da temática em relação ao encarceramento, o cenário após a liberdade ainda é pouco explorado e debatido no âmbito acadêmico e social, potencializando os efeitos negativos relacionados à segurança pública. Atualmente, no país, poucas ações concretas e coordenadas focam nesse público. Alguns programas fornecem apoio aos egressos, mas de forma desarticulada e não abrangente geograficamente. Diante disso, o trabalho se consolida, a partir da articulação de algumas referências políticas nacionais e modelos estruturais de instituições, em um abrigo institucional capaz de fornecer moradia temporária, assistência e integração para o pleno restabelecimento da vida em comunidade dos egressos do sistema prisional. A proposta busca materializar em um projeto arquitetônico soluções espaciais que cumpram um conteúdo programático mínimo de assistência e integração, incorporando as dinâmicas urbanas e programas socioeducativos já existentes na cidade.

PALAVRAS CHAVE: Sistema prisional; Ressocialização; Pós-prisional; Egressos; Abrigo Institucional.

ABSTRACT

The Brazilian prison system is historically known, studied by academia and debated by civil society. Its problems reveal structural and systemic crises, which make it impossible to carry out its role as a tool for the resocialization of the subject who commits a crime. The portrait of prisons in Brazil is marked by precarious infrastructure, overcrowding, insalubrity and violation of human rights. Thus, incarceration cannot provide conditions for the harmonious social integration of the convict, as provided for in Penal Execution Law No. 7,210 (BRASIL, 1984), culminating in the transfer of the problem to the post-prison scenario. Individuals when freed face a new challenge to resume social, family and work life in the community. Contrary to the theme in relation to incarceration, the scenario after freedom is still little explored and debated in the academic and social scope, enhancing the negative effects related to public security. Currently, in the country, few concrete and coordinated actions focus on this audience. Some programs provide support to graduates, but in a disjointed and not geographically comprehensive way. In view of this, the work is consolidated, based on the articulation of some national political references and structural models of institutions, in an institutional shelter capable of providing temporary housing, assistance and integration for the full restoration of life in the community of those released from the prison system. The proposal seeks to materialize in an architectural project spatial solutions that meet a minimum programmatic content of assistance and integration, incorporating the urban dynamics and socio-educational programs that already exist in the city.

KEYWORDS: Prison system; Resocialization; Post-prison; graduates; Institutional Shelter.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
1.1	Objetivos.....	10
1.1.1	Objetivos Gerais.....	10
1.1.2	Objetivos Específicos	10
1.2	Metodologia.....	11
2	A RESSOCIALIZAÇÃO DE EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL	12
2.1	O conceito de ressocialização e de egresso do sistema prisional.....	12
2.2	O cenário pós prisional brasileiro	13
2.3	Ações Existentes no país.....	15
3	UNIDADES DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	20
3.1	Modalidades de Acolhimento	20
3.2	Expansão do público alvo das modalidades de acolhimento	21
3.3	Diretrizes de implantação de modalidades de acolhimento.....	22
4	O PROJETO	23
4.1	O conceito do projeto	23
4.2	O recorte geográfico e o seu contexto.....	24
4.3	O terreno e o entorno	27
4.4	O Programa de Necessidades	33
4.5	Referências Projetuais	36
4.6	Memorial Descritivo do Projeto	38
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
6.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	50
7.	APÊNDICES	55
	APÊNDICE A: Planta de Localização.....	55
	APÊNDICE B: Planta de Implantação	56
	APÊNDICE C: Planta do Subsolo	57

APÊNDICE D: Planta do Térreo.....	58
APÊNDICE E: Planta do Pavimento 1	59
APÊNDICE F: Planta do Pavimento 2.....	60
APÊNDICE G: Planta de Cobertura	61
APÊNDICE H: Cortes.....	62
APÊNDICE I: Fachadas.....	63
APÊNDICE J: Planta Humanizada Subsolo	64
APÊNDICE K: Planta Humanizada Térreo	65
APÊNDICE L: Planta Humanizada Pavimento 1	66
APÊNDICE M: Planta Humanizada Pavimento 2.....	67
8. TERMO DE ENCAMINHAMENTO.....	68

1 INTRODUÇÃO

O sistema prisional brasileiro enfrenta problemáticas crônicas, desde os primórdios de sua existência. Segundo MACHADO, SOUZA E SOUZA (2012), a origem dos estabelecimentos com fins exclusivos de prisões no Brasil, foi em meados do século XIX, quando surgiram as primeiras cadeias com uma arquitetura própria. Elas eram destinadas ao cumprimento da pena, através do recolhimento de forma temporária de criminosos da sociedade.

Como marco legal, o Código Penal promulgado em 1890, previa a pena de prisão celular em conjunto com atividades laborais dentro das penitenciárias. Já naquela época, não havia estabelecimentos suficientes para o grande número de pessoas que eram detidas (ANDRADE, 2018). Começava ali, a disparidade entre o que era previsto em Lei e o que acontecia na realidade.

No ano de 1906, foram condenados 976 presos, no estado de São Paulo, à prisão celular, existiam apenas 160 vagas para esse tipo de prisão no estado, portanto 816 presos (90,3%) cumpriam pena em condições diversas àquelas previstas no Código Penal vigente (SANTIS; ENGBRUCH, 2016, np).

Um século depois, em 1984, o governo instituiu a Lei de Execução Penal nº 7.210, a fim de garantir a integridade e a recuperação do condenado, dispondo do seu objetivo como: “Efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado” (BRASIL, 1984). Na teoria, a lei visa implementar o apoio à ressocialização e garantir os direitos da população privada de liberdade. Entretanto, a realidade deste sistema ainda hoje está muito longe de atingir o objetivo como previsto em lei.

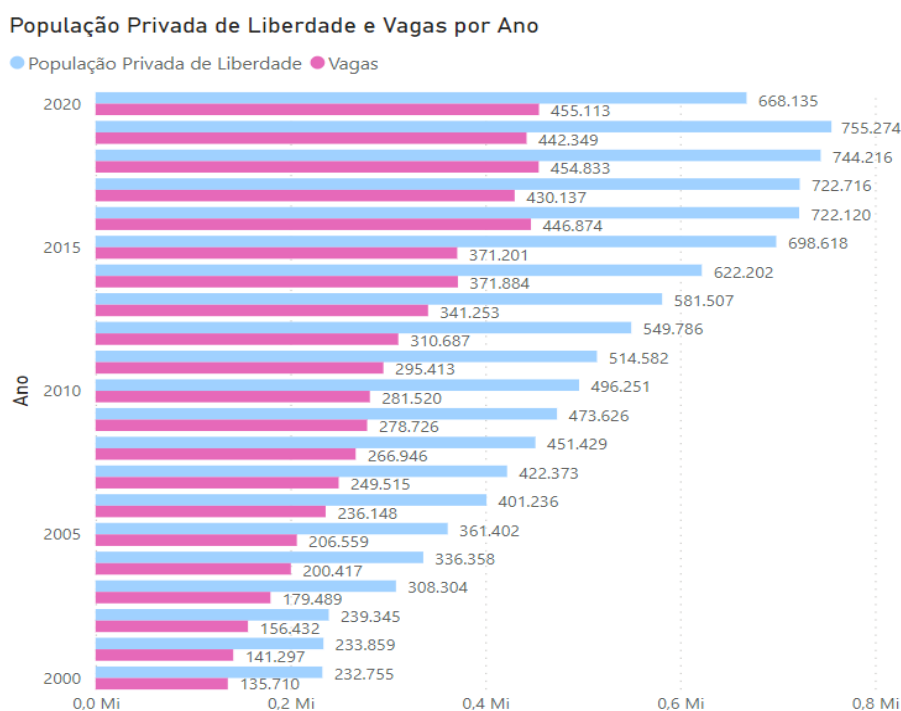
“O caráter punitivo da pena ultrapassa a esfera de liberdade do criminoso, alcançando também sua dignidade, saúde, integridade, entre outros direitos assegurados na Constituição. Além disso, não se observa, de forma alguma, o caráter de recuperação do condenado nas penas privativas de liberdade, podendo inclusive atribuir a isso a punição exacerbada do indivíduo, que vai muito além da supressão de sua liberdade.” (FERREIRA, 2012, np)

Dados de um levantamento feito nos primeiros meses de 2021, pelo Monitor da Violência, a partir de uma parceria entre portal de notícias brasileiro G1 (Grupo Globo), Núcleo de Estudos da Violência da USP e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, apontaram o Brasil como 3º país no Ranking de países que mais encarceram no mundo, atrás apenas da China e dos Estados Unidos (G1, 2021).

Esses dados, além de apontar as problemáticas do sistema prisional, também denunciam a crise do sistema de justiça criminal no país, que condena à prisão por determinados crimes leves ou que retém de maneira preventiva pessoas que esperam por uma resolução lenta de um julgamento. Segundo os dados fornecidos pelo Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias do Departamento Penitenciário Nacional (DPN), entre o período de julho a dezembro de 2020, de um total de 668.135 presos em unidades prisionais no Brasil, 215.317 eram presos provisórios, o que correspondia a, aproximadamente, 32% do total (BRASIL, 2021a).

É importante ressaltar que a precariedade do sistema prisional é facilmente retratada pelos índices da superlotação dos estabelecimentos, destacando o déficit de vagas em todo o país. Ainda segundo o DPN, em 2020, o Brasil contava com 668.135 presos para 455.113 vagas, somando um déficit total de 213.022 vagas. Apesar do número de encarcerados ter diminuído de 2019 para 2020, como mostra o gráfico, a superlotação continuou em alta, evidenciando a falta de ações direcionadas a esta problemática e indagando o questionamento a respeito das condições que essas pessoas estão submetidas no encarceramento (BRASIL, 2021a).

Figura 1: Gráfico População Privada de Liberdade e Vagas por Ano



Fonte: BRASIL (2021b).

Além da superlotação, o que se observa nos estabelecimentos prisionais brasileiros é a ausência de condições mínimas para devolver o indivíduo ao convívio social de forma íntegra. A própria arquitetura preconizada desses ambientes indica a violação de direitos e de necessidades básicas individuais. O retrato desses locais é marcado por infraestruturas precárias, ambientes insalubres e péssimas condições de higiene, que não representa a finalidade da sanção penal e não atinge condições mínimas de preservação da dignidade do infrator (COSTA, 2004).

Figura 2: Infraestrutura precária e superlotação Carcerária



Fonte: Acebes (2015).

Diante deste cenário, o cárcere não consegue cumprir seu papel no quesito de proteger, reeducar e reintegrar o detento para o convívio em sociedade (JÚNIOR, 2014), enquanto o indivíduo permanece aprisionado. Esse fato faz com que a situação se agrave no cenário pós-prisional do país, além da transferência o problema, a transição do cárcere para a liberdade ocorre muitas vezes de maneira desassistida. Atualmente, existem algumas ações no país, mas ainda de forma desarticulada e não abrangente e, principalmente, faltam estruturas que forneçam abrigo e seja referência de busca no momento em que o indivíduo é liberto.

Nesse sentido, os egressos do sistema prisional encontram diversas dificuldades para restabelecer as suas vidas e retomar o convívio social, familiar e laboral. Este fato acaba implicando nos altos índices de reincidência criminal do país, visto que, em muitas situações o único caminho encontrado acaba sendo a volta ao mundo crime. O que faz com que a ressocialização do egresso se torne um desafio para a segurança pública brasileira.

Dentro do campo de pesquisa da Arquitetura e do Urbanismo, existem diversos estudos e projetos destinados à reformulação do sistema prisional brasileiro, a partir da investigação formal e da releitura dos estabelecimentos carcerários, enquanto solução de conflitos a partir da espacialidade. Entretanto, são ações previstas a longo prazo e que culminariam em revisões complexas das leis e do sistema como um todo. Já os estudos quando se analisa e recorta o cenário pós prisional do país é pouco explorado pela academia e pouco assistida pelo poder público. Este fato evidencia a urgência de provocar debates e buscar soluções espaciais que consigam atuar a curto e médio prazo, fornecendo apoio efetivo aos egressos, possibilitando a sua ressocialização e contribuindo diretamente, para o combate ao crime no país.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivos Gerais

O objetivo geral do trabalho é centrar a análise no cenário pós prisional do Brasil, compreendendo, primariamente, as falhas do sistema prisional em ressocializar os indivíduos que passam pelos estabelecimentos prisionais e que, conseqüentemente, repercute de forma negativa na plena capacidade do egresso desse sistema ser reintegrado à sociedade posteriormente. Como essa reintegração não é efetivada dentro dos estabelecimentos, é necessário buscar medidas de curto e médio prazo que atuem após a sua saída. Nesse sentido, o trabalho se consolida na aplicação de uma política pública de integração pós-prisional baseada em uma instituição modelo de acolhimento institucional, capaz de fornecer moradia temporária, assistência e integração para o pleno restabelecimento da vida em comunidade dos egressos do sistema prisional.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Compreender as problemáticas estruturais do sistema prisional e judiciário como causadoras da falha no processo de ressocialização dos indivíduos que passaram pelo cárcere;
- Entender o conceito de egressos do sistema prisional, as dificuldades encontradas por eles após a saída dos estabelecimentos e as ações de apoio existentes atualmente no país;
- Analisar a legislação vigente e os direitos dos presos e dos egressos;

- Levantar as modalidades de acolhimento existentes dentro das políticas públicas brasileiras;
- Ensaiai um modelo de instituição pública de abrigo, acolhimento e apoio à ressocialização de egressos do sistema prisional, em uma escala regional que garanta os direitos dos egressos seguindo a aplicação da Política Nacional de Pessoas Egressas do Sistema Prisional;
- Estabelecer as diretrizes do projeto arquitetônico do Abrigo Institucional de apoio à ressocialização de egressos do Sistema Prisional em Mariana-MG;
- Consolidar os espaços, os ambientes e as tipologias em uma arquitetura sensível, acolhedora, familiar, integrativa e simbólica.

1.2 Metodologia

O trabalho apresenta, através de um caráter informativo e sucinto, uma investigação das problemáticas existentes no sistema prisional brasileiro, que falha na execução da promoção da plena ressocialização dos apenados, desencadeando um agravamento no cenário pós prisional. Na busca em alcançar os objetivos expostos acima, e consolidar ações voltadas a essa parcela da população, o trabalho se desenvolve através da combinação das abordagens quali-quantitativa de pesquisa, utilizando estudos de observações sociais, análises de obras análogas, entrevistas e dados estatísticos de pesquisas setoriais e de órgãos do sistema judicial e prisional.

Na primeira etapa do trabalho, a introdução apresenta de forma breve fatores importantes do sistema prisional brasileiro, identificando o seu histórico e suas problemáticas através de leituras de artigos, monografias, reportagens, estatísticas levantadas de órgãos oficiais e de estudiosos do tema na academia e na sociedade civil engajada.

Ao longo do desenvolvimento do trabalho, buscou-se entender conceitos, investigar realidades, analisar a legislação vigente e os direitos previstos que contemplem o processo de ressocialização do egresso do sistema prisional. Além de abordar os modelos de instituições de acolhimento existentes atualmente, através de referências de pesquisas bibliográficas.

Para legitimar a pertinência do presente trabalho, na data 09/12/2021, a psicóloga Allana Fernanda Gonçalves Dias, que exerce o cargo de Analista Executiva de Defesa Social há mais de seis anos no Presídio de Mariana, concedeu seu relato

livre com base na sua experiência com os aprisionados no estabelecimento, através de plataformas virtuais, utilizando recurso de áudio do aplicativo WhatsApp. Além disso, foi solicitado ao Sistema de Acesso à Informação, da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais (SEJUSP-MG), dados quantitativos a respeito do Estabelecimento Prisional de Mariana-MG, recebidos em 10/12/2021 e incrementados no trabalho.

Para a escolha do terreno, foi necessário solicitar ao Setor de Cadastro Imobiliário da Prefeitura de Municipal Mariana, o levantamento de todos os terrenos de posse da Prefeitura, por se tratar da implantação de uma instituição pública. Além disso, foi necessário solicitar também a base cadastral e topográfica do terreno e o seu entorno, fornecido pelo Setor de Regularização Fundiária da Prefeitura Municipal de Mariana.

Por fim, na segunda etapa do trabalho, incorporou-se o estudo de obras análogas para referências arquitetônicas e estéticas, além do memorial descritivo contendo os mapas, os diagramas, as descrições e a consolidação do projeto arquitetônico do abrigo institucional de apoio à ressocialização de egressos do Sistema Prisional em Mariana-MG.

2 A RESSOCIALIZAÇÃO DE EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL

2.1 O conceito de ressocialização e de egresso do sistema prisional

Para o pleno entendimento da temática no presente trabalho, é fundamental compreender os principais conceitos abordados. A ressocialização, para Eleones Filho refere-se ao:

“Sentido de repetir a socialização, ou o ato de lidar novamente com os outros, retomar a vida em grupo, em sociedade. Na área do Direito Penal, ressocialização refere reeducação social do apenado durante e depois de cumprimento de pena. Em sentido amplo, abrange um conjunto de ações que visa à readaptação do preso na sociedade, contribuindo na sua recuperação nos aspectos psicossociais, profissionais e educacionais, com objetivo de inibir qualquer ato reincidente de natureza criminal.” (Filho, 2015)

Já o conceito de egressos do sistema prisional, de acordo com o Art. 26 da Lei de Execução Penal Nº 7.210 (BRASIL, 1984), é toda pessoa liberada de forma

definitiva, pelo prazo de 1 ano após a saída do estabelecimento. Além disso, também é considerado egresso a pessoa liberada de forma condicional, durante o seu período de prova.

A Lei de Execução Penal, também dispõe em seu Art. 10 que é dever do Estado fornecer assistência ao preso, estendendo os direitos ao egresso: “A assistência será: material; à saúde; jurídica; educacional; social; religiosa” (BRASIL, 1984). Já no Art. 25, a lei trata exclusivamente da assistência ao egresso consistindo em fornecer: “Orientação e apoio para reintegrá-lo à vida em liberdade; na concessão, se necessário, de alojamento e alimentação, em estabelecimento adequado, pelo prazo de 2 (dois) meses” (BRASIL, 1984). Este prazo estabelecido de dois meses pode ser prorrogado uma vez se for comprovado empenho na busca por reinserção no mercado de trabalho. Por fim, o Art. 27, dispõe da responsabilidade da assistência social no apoio à reinserção: “O serviço de assistência social colaborará com o egresso para a obtenção de trabalho” (BRASIL, 1984).

2.2 O cenário pós prisional brasileiro

O campo de estudos no contexto pós-prisional no Brasil é pouco explorado e debatido no âmbito acadêmico e social, ao contrário da temática em relação ao encarceramento. Este fato é afirmado através da dificuldade de encontrar dados coerentes e estudos concretos destinados a essa temática.

“Não é difícil encontrarmos os mais diversos dados sobre a população prisional brasileira. Eles são, inclusive, disponibilizados pelo governo e há um departamento específico para tal função. O mesmo não ocorre com os egressos do sistema prisional. Não há uma base de dados que sistematize informações sobre indivíduos que deixaram a prisão. Sendo até mesmo o cálculo da reincidência criminal algo extremamente difícil e controverso no Brasil. Há muitos conceitos em disputa, bem como uma grande variedade de metodologias para sua estimação.” (LOPES; ARAUJO, 2021)

O que se sabe através de pesquisas independentes e reportagens, é que após o cumprimento da pena e a saída do encarceramento, o sujeito privado de liberdade ao invés de sair pronto para recomeçar a vida, egressa deste sistema com diversos traumas sociais, saúde fragilidade, vulnerabilidades psicoemocionais, defasagens intelectuais e até mesmo envolvido com organizações criminosas, do período pré-egresso ao aprisionamento ou iniciado durante esse tempo.

Essas pessoas também encontram dificuldades para voltar ao mercado de trabalho devido ao preconceito, à baixa escolaridade e à falta de qualificação

atualização profissional. Se deparam com o estigma social, perdem seus vínculos familiares e geográficos, são marginalizados e encontram pouco amparo em organizações governamentais (SOUZA; SILVEIRA, 2015) relatam que:

“Grande parte das pessoas que passam pelo sistema prisional enfrenta grandes dificuldades de retorno à sociedade. Dentre os entraves percebidos estão: a falta de documentos pessoais; pouca escolaridade e/ou quase nenhuma qualificação profissional; falta de assistência jurídica adequada, desencadeamento ou potencialização de transtornos psíquicos ocasionados pela experiência prisional somado ao tratamento precário das unidades prisionais, o uso e abuso de álcool e outras drogas; pouco apoio comunitário/institucional; falta de moradia (já que alguns egressos vivem em situação de rua), e por fim, dificuldades de inserção no mercado de trabalho atrelado ao estigma e ao preconceito ilustram o difícil caminho a ser trilhado por aqueles que passaram pela prisão.” (SOUZA; SILVEIRA, 2015, p.174)

Entre as inúmeras dificuldades encontradas, o acesso ao mercado de trabalho é a mais recorrente. Em São Paulo, a organização Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre Drogas, publicou um projeto em 2020, fruto de uma pesquisa de seis meses, intitulado como “A liberdade é uma luta constante – Efeitos e permanências do cárcere na vida de egressos e familiares pós-prisão na cidade de São Paulo” que expõe os obstáculos e entraves sofridos por essas pessoas, após a passagem pelo cárcere.

O projeto entrevistou 26 pessoas egressas no Estado de São Paulo, e 13 delas relataram que enfrentam obstáculos para voltar ao mercado de trabalho, por ter passado pelo cárcere em algum momento da vida. Além disso, relataram também a discriminação e o estigma sofridos, por terem que apresentar o registro de seus antecedentes criminais (INCIATIVA NEGRA, 2020, p 29).

O projeto da organização ainda constatou uma correlação entre as pessoas em situação de rua e as que passaram pelo sistema prisional. Muitos egressos ao saírem do sistema prisional, perdem seus vínculos geográficos e familiares e, na falta da moradia, acabam entrando em situação de rua.

“O censo da população em situação de rua da cidade de São Paulo, realizado em outubro de 2019, contou com a participação de 24.344 pessoas em situação de rua e, destas, 31,2% declararam já terem sido privadas de liberdade em instituições do sistema prisional e 11,8% declararam ter passagem pelo sistema socioeducativo, Fundação Casa e extinta FEBEM. Portanto, quase metade das pessoas em situação de rua já passou pelo sistema prisional e/ou socioeducativo.” (INCIATIVA NEGRA, 2020, p. 25)

Ainda segundo o projeto da organização Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre Drogas, a falta de documentação pessoal dos egressos também é um impasse importante. O fato implica diretamente na dificuldade de acessar os direitos básicos da população como saúde, escola, transporte, benefícios sociais, além do receio de ser abordado por algum policial, estar sem documentação e agravar a situação.

“Sem documento, a pessoa não consegue se matricular na escola, tirar o bilhete único, renovar a documentação para realizar visitas em unidades prisionais. Especialmente em casos em que a pessoa estava cumprindo pena em unidade prisional em cidade diferente daquela onde habita, a falta de documentação tem grande impacto no momento da saída do cárcere. Sem documento, não podem, por exemplo, comprar uma passagem para cidade. Sem a passagem, podem não conseguir retornar, se expondo, por exemplo, a ficar em situação de rua, como relatado por uma profissional da assistência” (INICIATIVA NEGRA, 2020, p. 23).

Considerando todas as dificuldades encontradas e agravadas pela falta de assistência universal e do estigma da sociedade civil, a marginalização e a exclusão social dos egressos ocorrem de forma naturalizada coletivamente. Nesse sentido, o retorno ao mundo do crime às vezes acaba sendo uma saída para conseguir acesso a recursos financeiros, implicando nas altas taxas de reincidência criminal.

De acordo com o relatório de “Reentradas e reiterações Infracionais - Um olhar Sobre os Sistemas Socioeducativo e Prisional Brasileiros” do Conselho Nacional de Justiça, lançado em março de 2020, no mínimo 42,5% das pessoas que tiveram processos de saída registrados no Tribunal de Justiça, no ano de 2015 em todo o país, voltaram a cometer algum tipo de delito até dezembro de 2019 e retornaram ao cárcere (BRASIL, 2020c). Sendo assim, os fatores apresentados neste capítulo revelam o distanciamento, cada vez maior, dos direitos estabelecidos por Lei e a realidade do sistema.

2.3 Ações Existentes no país

As ações de apoio à egressos do sistema prisional ainda são escassas e pontuais no Brasil. Segundo Souza e Silveira (2015), os programas de ressocialização que existem no Brasil se baseiam no apoio psicossocial e jurídico, na inserção do mercado de trabalho e no incentivo à qualificação profissional. Além do Estado, existem Organizações não Governamentais (ONG's) e Instituições Religiosas, que realizam trabalhos voluntários com essa parcela da população. Entretanto, essas ações não são abrangentes geograficamente e carecem de uma das principais

necessidades dos egressos que é a moradia, fator primário de apoio fundamental, até que consigam restabelecer de forma efetiva a sua vida.

Somente em 2020, foi publicada a Política Nacional de Pessoas Egressas do Sistema Prisional, construída a partir de uma parceria entre o Departamento Penitenciário Nacional (DPN), Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com o objetivo de: “Instrumentalizar a inclusão e disseminação da pauta de pessoas egressas do sistema prisional na agenda pública governamental” (BRASIL, 2020a).

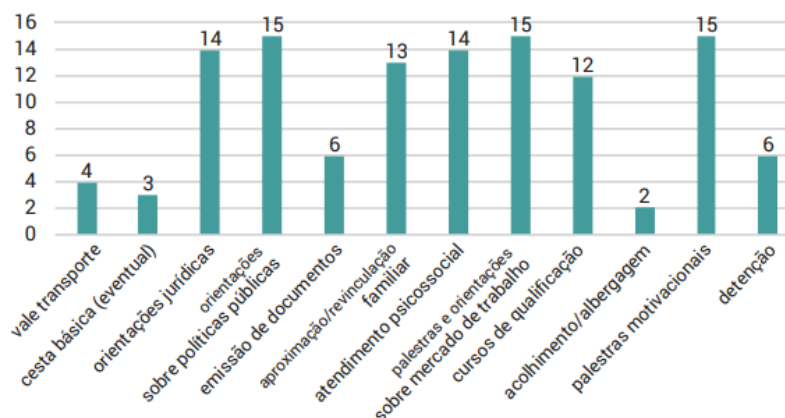
Para a fundamentação da Política, os estudos realizados basearam-se na avaliação de 16 iniciativas visitadas no território nacional, são elas: Escritório Social, Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PRESPE), Gerência de Ressocialização – SEAP, Patronato Estadual PE, Patronato de Londrina, Patronato de Escritório Social de Curitiba, Conselho Penitenciário Estadual, Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas de Porto Alegre (VEPMA), Fundação de Apoio ao Egresso do Sistema Penitenciário (FAESP), Rede de Apoio às Pessoas Egressas do Sistema Prisional (RAESP), Banco da Providência, Patronato Estadual, Fundação Santa Cabrini, Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania (CRSC - SAP/SP), Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - Prefeitura/SP (SMADS) e Fundação “Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel” de Amparo ao Preso (Funap SP).

A avaliação consistiu em: “caracterizar as iniciativas enquanto políticas, programas, projetos, organizações ou serviços voltados específica ou prioritariamente às pessoas egressas dos sistemas prisionais. Ou seja, quanto maior o número de critérios atingidos, maior a institucionalidade da iniciativa e, portanto, maior sua capacidade de incidência e permanência” (BRASIL, 2020a). Os fatores levados em conta foram a presença de equipes de direção e execução, orçamento próprio, arranjo normativo, egressos como público prioritário e específico. Apenas o Escritório Social do Espírito Santo, o Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PRESPE-MG) e a Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania (CRSC-SP) cumpriram todos os critérios.

A pesquisa buscou relacionar também os atendimentos contemplados dentro dessas instituições. Entre as carências atendidas, chama atenção o fato de que

apenas duas apresentaram a opção de acolhimento/albergagem dentro do escopo. Ao longo da pesquisa não foram identificadas quais instituições que fornecem cada tipo de assistência.

Figura 3: Gráfico da Quantidade de Critérios de cada iniciativa



Fonte: Brasil (2020a)

Neste sentido a pesquisa conclui que: “A caracterização das iniciativas visitadas reforça o cenário de baixa institucionalidade das ações e evidencia sua fragmentação, bem como a heterogeneidade de órgãos executores e, especialmente, o baixo alcance junto ao contingente de milhares de pessoas que vivenciam a experiência do encarceramento no Brasil” (BRASIL, 2020a). Sendo assim a Política Nacional de Atenção Às Pessoas Egressas do Sistema Prisional, propõe a integração e a articulação entre os diversos atores e as instituições existentes, para implantação efetiva da política pública e a plena promoção da dignidade humana.

Como exemplo dessa articulação, o equipamento público denominado Escritório Social, criado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2016, é o modelo que mais se destaca atualmente. De acordo com o CNJ, em 2020 estavam presentes em 14 estados brasileiros, com expansão e otimização constantes. A Coordenadora da Unidade de Governança e Justiça para o Desenvolvimento do PNUD, Moema Freire, destaca que:

“A implantação dos Escritórios Sociais está diretamente alinhada com a perspectiva de promoção do desenvolvimento humano. Ao fortalecer as ações voltadas à inclusão socioeconômica de pessoas egressas do sistema prisional e suas famílias, os escritórios sociais favorecem a construção de capacidades e oportunidades para que esses egressos possam reconstruir suas trajetórias de vida. É desenvolvimento na prática, atendendo diretamente públicos mais vulneráveis e gerando benefícios para toda a sociedade.” (FREIRE, 2020, apud Agência CNJ de Notícias)

Como anexo à Política Nacional de Pessoas Egressas do Sistema Prisional, o caderno complementar de Gestão dos Escritórios Sociais III – Manual de Gestão de Funcionamento dos Escritórios Sociais, dispõe sobre a estrutura organizacional e o ambiente físico do equipamento, a fim de unificar a composição. O caderno aborda de forma ampla todos os quesitos institucionais de gestão, estrutura e parceria (BRASIL, 2020b). Entretanto para este trabalho, iremos citar de forma breve, os temas pertinentes à adaptação de um modelo. O caderno traz os aspectos do ambiente físico enquanto arquitetura do espaço de forma generalista, baseados na materialização do trabalho proposto:

“Os projetos arquitetônicos deverão prever espaços de recepção e acolhimento; sala de espera; sala(s) de atendimento(s) individual(is) (com condições que garantam a privacidade e preservação do sigilo das informações, em estrita observância às diretrizes dos Conselhos de Classe); sala(s) para atendimento em grupo e reuniões; sala para atividades administrativas; local reservado para guardar recursos materiais; local com fácil acesso à água potável; instalações sanitárias e acessibilidade em todos os ambientes do equipamento, de acordo com as normas preconizadas pela ABNT. Todos os ambientes devem ter adequada iluminação, ventilação, salubridade, limpeza” (BRASIL, 2020b).

É importante ressaltar que, por ser um projeto ainda recente e difundido apenas nas grandes cidades brasileiras, não foram encontradas análises profundas a respeito dos serviços oferecidos e das experiências reais. Além disso, também não existem dados que demonstrem o potencial de ressocialização e de diminuição da reincidência criminal dos egressos que passam por esse equipamento.

Cabe destacar também, que o caráter arquitetônico, estético e estrutural dos escritórios, como demonstrados nas figuras 4, 5 e 6, se assemelham às estruturas formais de atendimento de órgãos públicos, institucionalizadas, o que pode ser um fator de afastamento da pessoa em situação vulnerável. A arquitetura da instituição deveria aproximar-se de um caráter residencial, familiar e acolhedor, como principal força de aproximação e de ressocialização comunitária.

Figura 4: Escritório Social de Vitória/ES



Fonte: Espírito Santo (2020)

Figura 5: Escritório Social de João Pessoa/PB



Fonte: João Pessoa (2020)

Figura 6: Escritório Social de Palmas/TO



Fonte: Palmas, 2020

3 UNIDADES DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

3.1 Modalidades de Acolhimento

Dentro da pasta do Ministério da Cidadania do Governo Federal existem diversos serviços e programas destinados à proteção social dos cidadãos, organizados por meio do Sistema Único de Assistência Social (Suas), presente em todo território nacional. Dentro deste sistema, existem os serviços de alta complexidade, que realizam atendimentos às pessoas em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos e estejam afastados temporariamente de seu núcleo familiar, com os vínculos familiares rompidos ou fragilizados. (Ministério da Cidadania, 2020).

Como forma de viabilização dos atendimentos desses grupos vulneráveis, as Unidades de Acolhimento se encaixam dentro das redes de unidades públicas de assistência social. Essas unidades de acolhimento são definidas por:

“Unidades que executam os serviços especializados que oferecem acolhimento e proteção a indivíduos e famílias afastados temporariamente do seu núcleo familiar e/ou comunitários e se encontram em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos. Esses serviços funcionam como moradia provisória até que a pessoa possa retornar à família, seja encaminhado para família substituta, quando for o caso, ou alcance a sua autonomia.” (Ministério da Cidadania, 2019)

O serviço institucional é subdividido nas unidades de acolhimento de acordo com o público alvo, sendo eles: crianças e adolescentes, adultos e família, pessoas idosas, pessoas com deficiência, mulheres em situação de violência, situação de calamidades e emergência. São implementados através da Assistência Social dos municípios e subdividido também, através das modalidades de acolhimento: Abrigo Institucional, Casa Lar, Residência Inclusiva e Casa de Passagem.

Figura 7: Modalidades de Acolhimento

Unidades de Acolhimento					
Público-alvo	Crianças e Adolescentes	Adultos e famílias	Mulheres em situação de violência	Pessoas com deficiência	Pessoas idosas
Modalidade de acolhimento	Casa Lar ou Abrigo institucional	Casa de Passagem ou Abrigo Institucional	Abrigo institucional	Residências inclusivas	Abrigo institucional (ILPI) ou Casa Lar

Fonte: Medeiros (2020)

De acordo com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese) de Minas Gerais, essas unidades de serviços de alta complexidade devem seguir algumas diretrizes de atendimentos, organização e estrutura capazes de fornecer um ambiente acolhedor, familiar e com características residenciais.

“O atendimento prestado deve ser personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local. [...] Deve funcionar em unidade inserida na comunidade com características residenciais, ambiente acolhedor e estrutura física adequada, visando o desenvolvimento de relações mais próximas do ambiente familiar. As edificações devem ser organizadas de forma a atender aos requisitos previstos nos regulamentos existentes e às necessidades dos usuários, oferecendo condições de habitabilidade, higiene, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade.” (Minas Gerais, 2021b)

Neste sentido, considerando o público alvo deste trabalho como adultos, é importante compreender a diferença entre Casa de Passagem e Abrigo Institucional. A casa de passagem tem caráter mais breve e “É destinada a receber no máximo de 50 (cinquenta) pessoas, caracteriza-se pela oferta de acolhimento imediato e emergencial, distingue-se por ter um fluxo mais rápido, uma vez que recebe indivíduos em trânsito, com uma permanência máxima de 90 dias” (Ministério da Cidadania, 2015). Já a modalidade de Abrigo Institucional, é caracterizada por um ambiente de permanência maior: “Este serviço é semelhante ao de uma residência e deve ser inserido em áreas residenciais. Todavia, não podem ser identificados com placas, a fim de evitar a estigmatização dos acolhidos. O abrigo também deve promover o uso dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local aos usuários acolhidos” (Ministério da Cidadania, 2015).

Portanto, a principal diferença entre as duas modalidades está no caráter de transição, sendo a Casa de Passagem para indivíduos que estão em trânsito e o Abrigo Institucional para uma permanência maior. Entretanto, essas modalidades oferecidas atualmente pelo Governo Federal, é destinada atender de forma geral adultos e familiares que estão em situação de rua e desabrigo, cabendo aos estados e municípios incorporar outros perfis.

3.2 Expansão do público alvo das modalidades de acolhimento

Como já exposto neste trabalho, o sistema prisional atual não consegue cumprir com o objetivo de ressocializar o indivíduo dentro de seus estabelecimentos existentes. Se a ressocialização não é concretizada no cárcere, é necessário buscar

medidas imediatas que atuem após a saída do indivíduo. Como previsto em lei, é dever do estado promover a ressocialização dos egressos deste sistema.

É importante destacar a urgência da profunda compreensão do perfil do egresso do sistema prisional, como necessário dentro da assistência social, indagando o desafio da expansão do público-alvo das unidades de acolhimento.

Sendo assim, o presente trabalho propõe a expansão do público para além de adultos em situação de rua, criando da modalidade exclusiva para adultos egressos do sistema prisional, com o intuito de abrigar, acolher e oferecer suporte para o seu retorno à sociedade. A partir das modalidades existentes de Casa de Passagem e Abrigo Institucional, a que mais se aproxima em escopo do tema proposto no trabalho, é o Abrigo Institucional, considerando seu caráter residencial, com maior permanência e de integração com a comunidade.

3.3 Diretrizes de implantação de modalidades de acolhimento

A Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, aprovou o caderno intitulado como “Tipificação Nacional do Serviços Socioassistenciais” que dispõe sobre as diretrizes das unidades de acolhimento dos Serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade (BRASIL, 2009). Considerando os objetivos gerais, as unidades de acolhimento deverão:

Acolher e garantir proteção integral; Contribuir para a prevenção do agravamento de situações de negligência, violência e ruptura de vínculos; Restabelecer vínculos familiares e/ou sociais; Possibilitar a convivência comunitária; Promover acesso à rede socioassistencial, aos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e às demais políticas públicas setoriais; Favorecer o surgimento e o desenvolvimento de aptidões, capacidades e oportunidades para que os indivíduos façam escolhas com autonomia; Promover o acesso a programações culturais, de lazer, de esporte e ocupacionais internas e externas, relacionando-as a interesses, vivências, desejos e possibilidades do público (BRASIL, 2014).

Em relação ao ambiente físico, a estrutura deverá conter: “Espaço para moradia, endereço de referência, condições de repouso, espaço de estar e convívio, guarda de pertences, lavagem e secagem de roupas, banho e higiene pessoal, vestuário e pertences. Acessibilidade de acordo com as normas da ABNT” (BRASIL, 2014).

O caderno destaca a manutenção do funcionamento ininterrupto (por 24 horas) do local, com equipes técnicas revezando em turnos. Além disso, dita também a respeito do trabalho social essencial que a instituição deverá prestar:

Trabalho Social essencial ao serviço: Acolhida/Recepção; escuta; desenvolvimento do convívio familiar, grupal e social; estudo Social; apoio à família na sua função protetiva; cuidados pessoais; orientação e encaminhamentos sobre/para a rede de serviços locais com resolutividade; construção de plano individual e/ou familiar de atendimento; orientação sociofamiliar; protocolos; acompanhamento e monitoramento dos encaminhamentos realizados; referência e contrarreferência; elaboração de relatórios e/ou prontuários; trabalho interdisciplinar; diagnóstico socioeconômico; Informação, comunicação e defesa de direitos; orientação para acesso à documentação pessoal; atividades de convívio e de organização da vida cotidiana; inserção em projetos/programas de capacitação e preparação para o trabalho; estímulo ao convívio familiar, grupal e social; mobilização, identificação da família extensa ou ampliada; mobilização para o exercício da cidadania; articulação da rede de serviços socioassistenciais; articulação com os serviços de outras políticas públicas setoriais e de defesa de direitos; articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos; monitoramento e avaliação do serviço; organização de banco de dados e informações sobre o serviço, sobre organizações governamentais e não governamentais e sobre o Sistema de Garantia de Direitos (BRASIL, 2014).

Não foram encontradas as diretrizes específicas para a modalidade de Abrigo Institucional. Sendo assim, o presente trabalho adota as diretrizes gerais dos Serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, para implementação do modelo de Abrigo Institucional voltado para egressos do sistema prisional.

4 O PROJETO

4.1 O conceito do projeto

Considerando os aspectos levantados nos capítulos anteriores, o Abrigo Institucional intitulado Casa Maxuell Silva, se consolida a partir da articulação e adaptações tomando como referências a Política Nacional de Pessoas Egressas do Sistema Prisional, o modelo estrutural de Abrigo Institucional para adultos vulneráveis vinculado ao SUAS e o equipamento público Escritório Social do CNJ. A proposta busca, através de uma estrutura pública, oferecer moradia temporária, serviços de apoio e reintegração com a cidade e à sociedade para que esse público, consiga restabelecer a vida e retomar o convívio social, familiar e laboral.

Enquanto uma revisão mais abrangente de todo o sistema penal aguarda uma conjuntura política e jurídica favorável para sua realização, a proposta busca

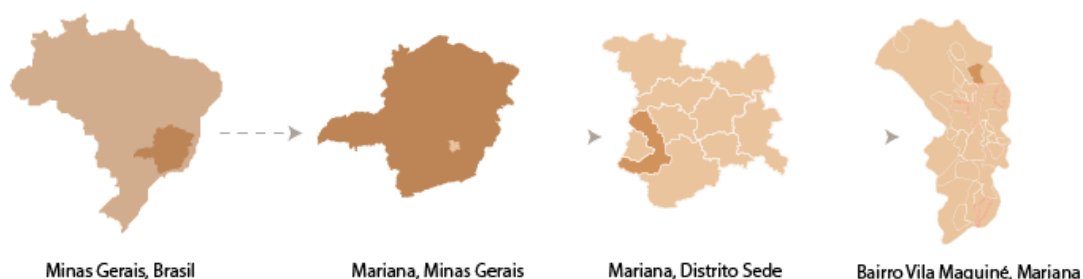
materializar, em uma estratégia de aplicação a curto e médio prazo, um projeto arquitetônico com soluções espaciais que cumpram um conteúdo programático mínimo de assistência e integração, incorporando as dinâmicas urbanas e programas socioeducativos já existentes na cidade. Em resposta à arquitetura do cárcere, o projeto aposta como força de reintegração social, o caráter arquitetônico residencial, aberto, acolhedor e familiar do espaço, em busca de resgatar os valores de liberdade, autonomia e humanidade.

4.2 O recorte geográfico e o seu contexto

O presente trabalho debruça sobre um modelo de ensaio possível de integração pós-prisional na cidade de Mariana-MG, que abriga um presídio masculino, mas não possui, no momento, nenhuma iniciativa ou aplicação de política pública diretamente relacionada a esse público.

O município de Mariana está localizado no estado de Minas Gerais, na região do quadrilátero ferrífero, a 110km da capital mineira Belo Horizonte. Conhecida como a primeira capital de Minas, em seus 325 anos de história, Mariana preserva um grande acervo de patrimônios materiais e imateriais do período colonial, atraindo turistas do mundo inteiro. Com uma população estimada de 61.830 habitantes (IBGE 2021), a sua economia gira em torno da mineração, principal fonte de empregos da região, além do comércio e do turismo.

Figura 8: Localização Mariana-MG



Fonte: adaptado Google Earth (2021)

A cidade de Mariana possui um presídio, classificado como Estabelecimento Penitenciário e de Tratamento vinculado à Secretaria de Estado de Administração Prisional (SEAP) de Minas Gerais, identificado como Presídio de Mariana I. O

estabelecimento está localizado na região central da cidade, Rua 16 de Julho, nº01, Bairro Centro.

Figura 9: Presídio Mariana-MG



Fonte: Jornal O liberal (2020)

De acordo com os dados fornecidos pela Diretoria de Informações de Justiça da Secretaria do Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) de Minas Gerais, através do portal de Acesso à Informação, utilizando a data corte do dia 15/11/2021 como referência, o estabelecimento contava com 129 vagas e ocupação total de 160 indivíduos privados de liberdade.

Para o cálculo da média anual de desligamentos, a população é obtida através da ocupação total da unidade na semana que contém o dia 15 de julho de cada ano, como data de referência para a população anual. Os desligamentos compreendem todas as saídas de indivíduos privados de liberdade do sistema prisional, exceto por motivo de óbito. Sendo assim, a média mensal de saída nos últimos três anos foi em 2019 de 15 indivíduos, em 2020 de 22 indivíduos e em 2021 de 42 indivíduos. Os dados a respeito da reincidência criminal foram solicitados à Secretaria, que retornou afirmando que a informação é inexistente. (SEJUSP, 2021)

Em um relato livre concedido pela Analista Executiva de Defesa Social, a Psicóloga Allana Fernanda Gonçalves Dias, que atua há mais 6 anos no Presídio de Mariana, relatou um pouco da sua experiência no acompanhamento dos indivíduos encarcerados na cidade, em relação à reincidência criminal e o desemprego, através do recurso digital de áudio do aplicativo WhatsApp:

“Quando eles reincidem o relato que geralmente eu ouço, é que eles ao se depararem com a liberdade, ficaram desorientados. Muitos não tinham documentação para conseguir um trabalho, por exemplo, não tinha uma instrução ou orientação a quem procurar nesse sentido. E aí aqueles que tinham documentação, quando tentam um trabalho, vêm as dificuldades porque já tem o antecedente criminal.” (DIAS, 2021).

“Alguns acabavam vendo o tráfico e o roubo como uma possibilidade de sobrevivência, claro que não são todos os casos, são casos específicos. Mas acontece sim, deles saíram, não terem uma estrutura lá fora que os recebam, uma sociedade que os acolhem. Pelo contrário, eles sofrem muita discriminação quando saem. E principalmente, nesse sentido de trabalho, se eles não têm uma relação de vínculo anterior. Muitos já tinham um trabalho, já tinham uma relação de confiança ali, com um chefe. Aí eles conseguem um trabalho novamente, mas não são raros esses casos.” (DIAS, 2021).

Além disso, ela relata também que muitos egressos do sistema prisional em Mariana, acabam ficando em situação de rua por não ter moradia, ou por não ter recursos financeiros para retornar à cidade de origem:

“Somado a isso, tem a questão do abrigo. Alguns que já estavam em situação de rua, voltam e permanecem nessa mesma situação. Alguns que são de outra cidade, já aconteceu por exemplo um caso de ser de outra cidade, e aí ele ficou, não sei se ele não conseguiu dinheiro pra voltar pra casa, mas ele acabou ficando uma situação de morador de rua. E isso não é raro, sempre que estou andando por Mariana, me deparo com vários ex-presidiários em situação de rua (DIAS, 2021).

A psicóloga afirma ainda sobre a importância de ter uma estrutura de apoio que seja referência de busca no momento da saída do sistema prisional, e que isso poderia reduzir a criminalidade e trazer benefícios tanto para os egressos como para a sociedade em geral:

Falta uma estrutura que pudesse abrigá-los. Para aqueles que não tem para onde ir ao sair da prisão. Auxiliar na escolarização e na formação desse sujeito. Auxiliar em questões básicas como construir um currículo, emissão de documentação e até uma instituição que possa fazer parcerias com outras empresas, como acontece em Belo Horizonte com o Presp. Para que essas empresas pudessem abrir vagas e dar oportunidade a essas pessoas que saem, como uma forma de ajudar, não só os indivíduos que estão nessa situação de egressos do sistema prisional, mas também a própria comunidade. Porque isso pode, sem dúvida, reduzir os índices de criminalidade. Reduzir os gastos que se tem para manter alguém dentro do sistema prisional. Então isso volta tanto para pessoa privada de liberdade recém saída quanto para a sociedade (DIAS, 2021).

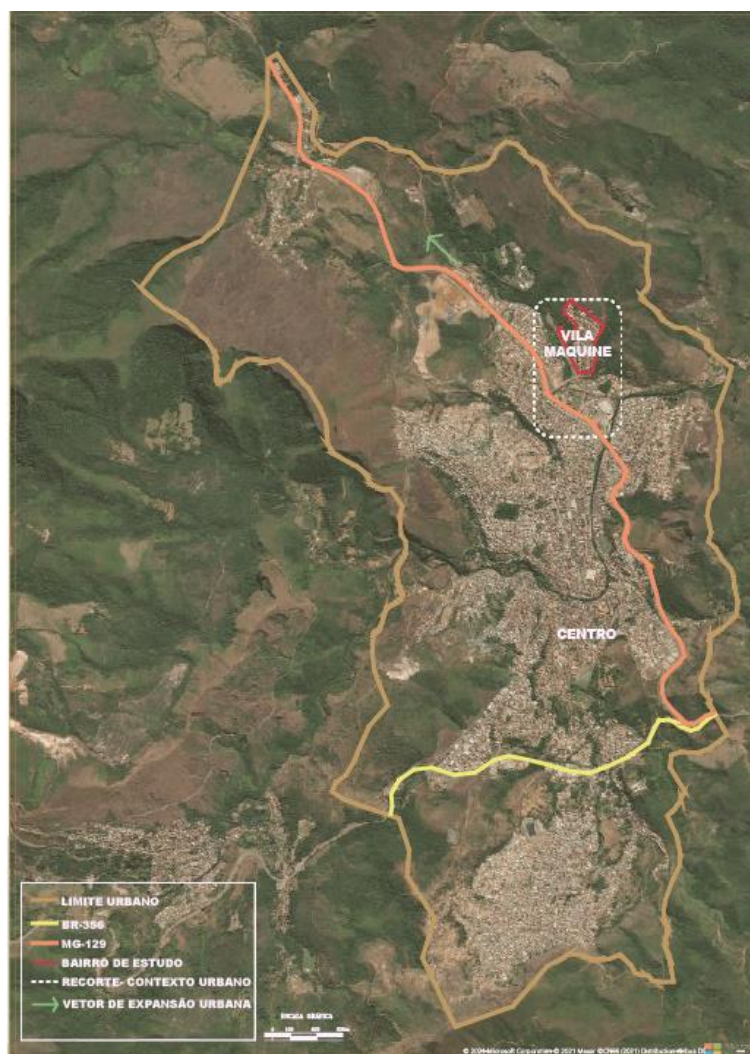
O relato da psicóloga atrelado à alta de desligamentos na cidade, reforça a importância da implantação do abrigo institucional de apoio à ressocialização de egressos do sistema prisional em Mariana. Apesar do fato estatístico e de ser um presídio voltado para o sexo masculino, o trabalho engloba também o acolhimento do sexo feminino considerando as mulheres do município que foram aprisionadas e

transferidas para presídios femininos regionais e que voltaram para a cidade após egressar do sistema prisional.

4.3 O terreno e o entorno

O terreno escolhido para a implantação do projeto está localizado na rua Três, SN, no bairro Vila Maquiné em Mariana. O acesso principal do bairro é através da rodovia estadual MG-129, conhecida como Rodovia do Contorno e uma das principais artérias do município, que atravessa a cidade e vai de encontro à BR-356 (Rodovia dos Inconfidentes). O bairro Vila Maquiné é caracterizado como residencial, com predominância de edificações com gabarito máximo de 14 metros, fica a aproximadamente 2,5km do centro da cidade e está situado próximo ao vetor norte de expansão da cidade.

Figura 10: Mapa do Limite Urbano de Mariana



Fonte: adaptado Google Earth (2021)

O acesso principal do terreno é feito através da Rodovia MG-129, seguindo pela Rua Bela Vista, chegando à Rua Três. A escolha do terreno foi realizada com base na disponibilidade de lotes de propriedade da Prefeitura de Mariana. Foram fatores fundamentais também a localização próxima ao vetor de expansão da cidade, a infraestrutura urbana do bairro, o acesso facilitado por transporte público urbano gratuito, e a proximidade com equipamentos de uso livre e equipamentos de uso comunitário, que são instrumentos vitais para servirem de suporte ao resgate das interações comunitárias.

Figura 11: Mapa do contexto urbano



Fonte: Plano Diretor - Mariana (2021)

A região é cercada por diversas estruturas públicas que são peças fundamentais na reintegração social. O terreno está próximo à escola pública CEMPA - Centro de Educação Municipal Padre Avelar, que trabalha com o programa Educação de Jovens e Adultos (EJA). O EJA é uma modalidade de ensino destinada aos jovens, adultos ou idosos que não tiveram acesso a uma escola convencional e em suas respectivas idades, proporcionando a conclusão em menos tempo (PREITURA DE MARIANA, 2021). Tal modalidade de formação é peça chave para a consolidação do ciclo educacional de um egresso do sistema prisional.

Está próximo também a serviços profissionalizantes como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), que oferece diversos cursos de aprendizagem industrial, cursos técnicos, qualificação profissional e aperfeiçoamento. (FIEMG, 2021). Além da faculdade privada Presidente Antônio Carlos de Mariana (FUPAC), que promove formação profissional de graduação e especialização.

O terreno também está próximo ao complexo Arena Mariana, ginásio poliesportivo que abriga diversas modalidades e eventos esportivos, além de uma pista de skate que permite a prática de esportes radicais urbanos. Também está ao lado de uma trilha tradicional da cidade, que é referência para prática de Mountain Bike, e que interliga Mariana ao distrito de Ribeirão do Carmo. Além disso, possui diversos espaços livres de uso público, como praças, pistas de caminhada, academia ao ar livre e quadras esportivas públicas, que também contribuem com articulação no contexto urbano.

Outro fator importante próximo ao terreno escolhido, são os programas sociais como o Centro de Referência à Criança e ao Adolescente - CRIA, que acolhe crianças e adolescentes fornecendo atividades socioeducativas, recreativas, esportivas e culturais, promovendo a formação cidadão (PREFEITURA DE MARIANA, 2021). Também próximo se localiza o Recriavida, um programa busca contribuir para o processo de envelhecimento ativo, saudável e autônomo, propiciando vivências e experiências que potencializam as condições de escolher e decidir, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia e protagonismo social dos idosos (Prefeitura de Mariana, 2021).

Como peça chave de apoio e atendimento à população em estado vulnerável de forma geral, existe também o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)

localizado no Bairro Colina, próximo ao bairro Vila Maquine. O CRAS é uma unidade pública que oferta serviços de Proteção Social Básico do SUAS. Atende o público em situação de vulnerabilidade sociais, através de serviços e atividades que visam prevenir as situações de risco, além de fortalecer os vínculos comunitários. (PREFEITURA DE MARIANA, 2021).

Outro equipamento público importante na região, é a Policlínica Municipal de Mariana, que possui amplo atendimento e apoio à promoção da saúde pública da cidade. Está próximo também, da nova sede do Fórum de Justiça da cidade.

Nas proximidades do terreno também existem diversas estruturas privadas importantes que favorecem a reintegração social. Como pontos comerciais de geração de emprego, existem uma grande distribuidora de bebidas e supermercados de grande porte.

O terreno possui área total de 1.890,00m², com 63,00m de testada e 30,00m de profundidade. Em sua parcela possui declividade pouco acentuada, com o caimento seguido da topografia do greide da rua. Já nos fundos do lote o terreno possui alta declividade no sentido da vegetação fechada, que hoje pertence à empresa Vale S.A.

Figura 12: Levantamento Topográfico do Terreno



Fonte: adaptado Google Earth (2021) e Prefeitura de Mariana (2021)

Figura 13: Vista 1 (V1) do terreno



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2021

Figura 14: Vista 2 (V2) do terreno



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2021

Possui também infraestrutura urbana com via de acesso pavimentada, calçada executada, coleta de resíduos, fornecimento de água potável, energia e está inserida na rota de transporte público, com pontos de ônibus bem próximos. Ele é cortado por uma faixa de servidão, que teve seus limites respeitados no decorrer do desenvolvimento do projeto.

Além disso, o terreno está inserido na Zona de Controle Urbanístico (ZCU), de acordo com o Plano Diretor de Mariana (2004), possui os parâmetros urbanísticos que

potencializam o projeto e permitem grande aproveitamento do terreno, como o coeficiente de aproveitamento de 1,2 e gabarito máximo de 4 pavimentos.

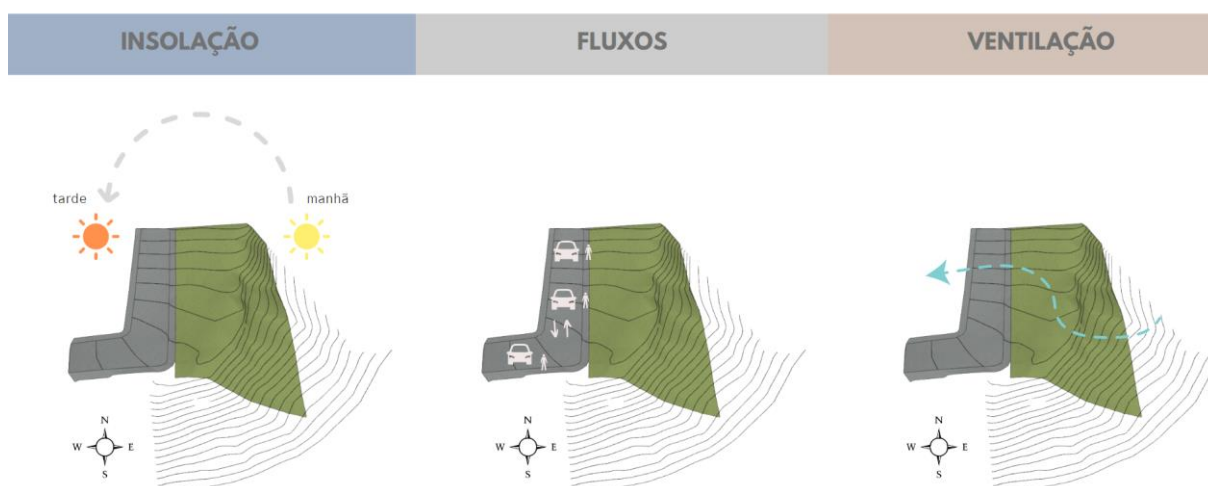
Figura 15: Tabela Adaptada dos Parâmetros Plano Diretor de Mariana, 2004

Zona	C.A.	T.O. (máx.)	T.P. (mín.)	Afastamentos			Gabarito ***	Q.U.H (m ² /un)	Vegetação no lote
				Frontal **	Laterais (mín.)	Fundos (mín.)			
ZCU	1,2	Tabela	Tabela	0,0 ou 3,00 m(mín)	01 e 02 pav.: 1,50m 03 pavt 1,80 m, 04 pavt.: 2,10m	--	04 pvtos	90 ****	--

Fonte: Mariana (2004)

A insolação incidente pela manhã se dá nas fachadas voltadas para a parcela de maior declividade do terreno, que possui uma massa arbórea densa de médio porte. Já o sol da tarde, abrange a fachada frontal, voltada para a Rua três, sendo a parcela de declividade suave, com caimento em conformação com o greide da rua. Esses fatores foram levados em conta na setorização do complexo. Em relação à circulação, a rua Três possui fluxo de trânsito de veículos nos dois sentidos da via e calçadas largas para passagem de pedestres. Já a ventilação tem predominância dos ventos à Leste, que cruzam o terreno, proporcionando ventilação natural, potencializada pela vegetação existente.

Figura 16: Diagramas do Terreno



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

4.4 O Programa de Necessidades

As diretrizes do programa de necessidades do espaço têm como foco, oferecer uma estrutura capaz de fornecer abrigo temporário e dar suporte à ressocialização do indivíduo que egressa do sistema prisional. Para isso, irá fornecer espaços de convívio, incentivo, orientação e acompanhamento na retomada das relações sociais, incentivando a autonomia de atividades básica como alimentação e limpeza dos espaços. O terreno foi setorizado e dividido em blocos de acordo com o uso dos ambientes.

O diferencial da instituição é fornecer moradia temporária para os egressos. O bloco dos dormitórios abriga diversas tipologias de quartos para adaptação de acordo com a demanda de cada usuário, destacando a tipologia acessível à portadores de necessidades especiais. Além disso, conta com um espaço mais reservado de convívio, vestiários com sanitários e chuveiros e área de serviços para apoio.

O dimensionamento dos espaços baseou-se na média de saída dos egressos do sistema prisional da cidade de Mariana, fornecida pela SEJUSP, chegando ao número ideal de capacidade máxima para 25 moradores dispersos nas diferentes tipologias. Dessas 25 vagas, 2 são para portadores de necessidades especiais. O espaço também poderá fornecer abrigo para filhos menores de mães ou pais residentes.

Figura 17: Programa de Necessidades – Bloco de Dormitórios

DORMITÓRIOS			
ESPAÇO	USO	QUANTIDADE	ÁREA
Dormitório Individual	Dormitório destinado ao uso individual, com espaço para cama de solteiro, guarda roupas, mesa e varanda privativa	4	10,70
Dormitório Duplo	Dormitório destinado ao uso duplos, com espaço para duas camas de solteiro, dois guardas roupas e duas mesas	4	14,51
Dormitório Família (Duplo)	Dormitório destinado ao abrigo de famílias, adulto mais criança ou dois adultos, com duas camas de solteiro, um guarda roupas, uma mesa com, copa de apoio e banheiro individual.	4	17,64
Dormitório Acessível	Dormitório destinado ao abrigo de pessoas portadora de necessidades especiais, com duas camas de solteiro, dois guarda roupas, duas mesa com, copa de apoio e banheiro individual.	1	27,51
Dormitórios Triplo	Dormitório destinado ao uso triplo, com três camas de solteiro, três guarda roupas e banheiro individual.	1	27,51
Vestiário Feminino	Vestiário com duas cabines de sanitários e duas cabines de banhos.	2	12,24
Vestiário Masculino	Vestiário com duas cabines de sanitários e duas cabines de banhos.	2	12,24
Área de Serviços	Área destinada ao apoio de limpeza dos dormitórios, com tanque e armário.	1	2,08
Varanda deck	Espaço reservado de contemplação	1	6,30
Praça Descoberta	Praça destinada ao convívio dos usuários, com banco canteiro.	1	39,50

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

O bloco da recepção e da administração estão interligados. A recepção é o primeiro ambiente a partir da entrada da edificação, e conta como uma sala de estar, remetendo à arquitetura residencial. Evita-se assim a caracterização desse espaço com uma tipologia essencialmente institucionalizada e burocratizada. Já a sala de controle e administração, são destinadas às pessoas que irão trabalhar no local fornecendo assistência social aos usuários e promovendo o funcionamento e a gestão da instituição.

Figura 18: Programa de Necessidades – Bloco Recepção e Administração

RECEPÇÃO E ADMINISTRAÇÃO			
ESPAÇO	USO	QUANTIDADE	ÁREA
Recepção	Sala de estar destinada à recepção de moradores e convidados, com um sofá duplo, duas poltronas e aparador de apoio.	1	9,97
Controle	Sala de controle, registro e atendimentos dos usuários, com uma estação de trabalho e atendimento e armário de arquivos.	1	9,97
Administração	Sala destinada aos administradores da instituição, com suas estações e trabalho e armário de arquivos.	1	9,92

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Atravessando a recepção em direção à região central do terreno, tem-se acesso às áreas de convívio, lazer e eventos culturais, que, através dos conceitos de uma arquitetura aberta, se conectam visualmente e sensorialmente com a natureza existente, trazendo conforto térmico e ambiência agradável.

Figura 19: Programa de Necessidades – Bloco de Convívio

CONVÍVIO			
ESPAÇO	USO	QUANTIDADE	ÁREA
Área de Uso Coletivo Coberta	Área para lazer, convívio e eventos com pé direito duplo e cobertura de telha cerâmica.	1	89,40
Área de Uso Coletivo Descoberta	Área para lazer, convívio e eventos com escada arquibancada	1	58,67
Deck	Deck para lazer, convívio e eventos	1	22,06

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

O bloco de serviços conta com uma cozinha e lavanderia coletiva para suprimento das necessidades básicas e resgate da autonomia, além de propiciar um espaço agregador para os moradores em seus momentos de refeição. A sala de estudos irá fomentar o incentivo ao retorno à aprendizagem, fornecendo livros e computadores com acesso à internet, para estudo mais concentrado e de uma maneira mais reservada. Além disso, o bloco conta com dois sanitários com acessibilidade universal.

Figura 20: Programa de Necessidades – Bloco de Serviços

SERVIÇOS			
ESPAÇO	USO	QUANTIDADE	ÁREA
Cozinha	Cozinha destinada ao uso coletivo e livre, dois fogões industriais, duas cubas, bancada, armários e três geladeiras.	1	57,81
Varanda	Varanda descoberta de apoio à cozinha	1	35,93
Lavanderia	Lavanderia destinada ao uso coletivo e livre com dois tanques, duas máquinas de lavar.	1	14,03
Estudos	Sala de estudos com 4 mesas individuais, duas poltronas e leitura e estante de livros	1	20,06
Banheiro Acessível Feminino	Sanitário com acessibilidade universal	1	4,00
Banheiro Acessível Masculino	Sanitário com acessibilidade universal	1	4,00

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

O bloco de ateliês é destinado ao apoio na busca por qualificação profissional e aprendizagem de ofícios. Conta com um amplo espaço aberto para abrigar pequenas oficinas de arte em madeira, concreto e barro, bem como, um ateliê de costura e uma sala de apoio ao cultivo. A escolha por esses modelos visa suprir, na escala da instituição, alguns ofícios que outras instituições parceiras não fornecem na região. Visam também propor a autogerência desses espaços, além do ciclo de cooperação entre os moradores, permitindo que ex-alunos se tornem monitores dos futuros moradores. Além disso, o bloco também conta com dois sanitários com acessibilidade universal e uma área de serviços de apoio à limpeza.

Figura 21: Programa de Necessidades – Bloco de Ofícios

ATELIÊS			
ESPAÇO	USO	QUANTIDADE	ÁREA
Costura	Ateliê de costura e pequenos reparos, com 4 máquinas de costura, uma mesa cavalete de apoio e um armário.	1	24,70
Oficina	Ateliê de pequeno porte destinado à ofícios em madeira e arte em concreto e barro, com duas mesas cavalete de apoio, um armário, bancada e tanque.	1	117,60
Cultivo	Sala de apoio ao cultivo com dois tanques, bancada e armário.	1	10,33
Banheiro Acessível Feminino	Sanitário com acessibilidade universal	1	4,00
Banheiro Acessível Masculino	Sanitário com acessibilidade universal	1	4,00
Área de Serviços	Área destinada ao apoio de limpeza dos dormitórios, com tanque e armário.	1	4,21
Garagem	Vaga descoberta para automóveis ou caminhonete	1	44,06

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

O terreno possui abundância em áreas verdes, com uma mata existente com vegetação densa de médio porte, preservada no projeto. Para possibilitar a implantação dos platôs, foram utilizados taludes de conformação. Além disso, como incentivo à atividade de cultivo, existem o pomar de frutíferas de pequeno porte e uma horta para consumo interno.

Figura 22: Programa de Necessidades – Áreas verdes

ÁREAS VERDES			
ESPAÇO	USO	QUANTIDADE	ÁREA
Pomar	Área Permeável destinada ao cultivo de frutíferas de pequeno porte	1	44,40
Horta	Área Permeável destinada ao cultivo de hortaliças	1	124,71
Mata	Mata existente preservada	1	761,22
Taludes	Taludes de conformação de terreno	1	91,63

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

É importante ressaltar, que o intuito do projeto é fazer com que os egressos não fiquem restritos ao espaço arquitetônico construído e sim que eles possam participar das dinâmicas urbanas existentes a fim de efetivar a sua ressocialização. A estrutura da instituição oferece um apoio às necessidades básicas do ser humano, e irá se conectar com as estruturas existentes na cidade, através de parcerias com instituições de ensino, de qualificação profissional, empresas privadas para contratação de mão de obra, atividades ligadas ao esporte, assistência de proteção social.

4.5 Referências Projetuais

Afim de contribuir para o processo de desenvolvimento do projeto, as referências arquitetônicas trazidas são fracionadas e remetem ao contexto da linguagem arquitetônica residencial e a um discurso estético com referências imagéticas, uma vez que, não foram encontradas obras análogas de institutos destinado ao fim deste trabalho.

Como referência de arquitetura residencial aberta, sem muros circundantes, com rasgos em sua composição e com forte contato com a natureza, a obra do escritório de arquitetura Doro, Casa Sob Árvores (202) em Jarpur na Índia, é objetiva e clara em sua linguagem. O respeito na integração da construção e da natureza existentes ganha destaque no projeto. As aberturas nas fachadas da edificação, permitem que a vegetação atravessasse a casa de forma visual e marcante. A arquitetura cria um ambiente de refúgio, com marco forte do telhado em cota elevada, proporcionando conforto térmico e harmonia na paisagem.

Figura 23: Casa sob Árvores



Fonte: ArchDaily Brasil (2022)

A Casa Trama de Tijolos (2022) de autoria do escritório HONEYCOMB Architects, traz como referência um recurso marcante de conforto ambiental e de composição estética de fachada. A trama vazada de tijolos além de ser uma alternativa para trazer movimento às fachadas residenciais, permite o controle moderado de luz natural, temperatura interna agradável e ventilação constante.

Figura 24: Casa sob Árvores



Fonte: ArchDaily Brasil (2022)

Já a Casa Bosqueazul de autoria do escritório ALH Taller de Arquitectura, traz como referência a harmonia materiais utilizados e relação entre o espaço externo e interno, reforçando também, a natureza com protagonista.

Figura 25: Casa Bosqueazul

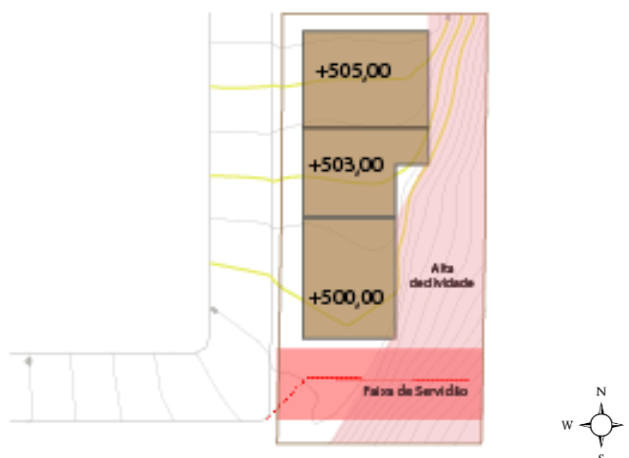


Fonte: ArchDaily Brasil (2022)

4.6 Memorial Descritivo do Projeto

O processo de desenho projetual teve início com a delimitação das áreas não edificantes do terreno, marcando o afastamento da faixa de servidão, a área de alta declividade e os afastamentos laterais previsto no plano diretor. Com isso, a conformação do terreno iniciou-se a partir do intuito de otimizar o melhor aproveitamento da parte frontal e assim amenizar os impactos de movimentação de terra. Nesse sentido, o terreno foi dividido em três platôs de implantação. O primeiro platô no nível +500,00, o segundo platô no nível +503,00 e o terceiro platô no nível +505,00.

Figura 26: Diagramas de Conformação do Terreno



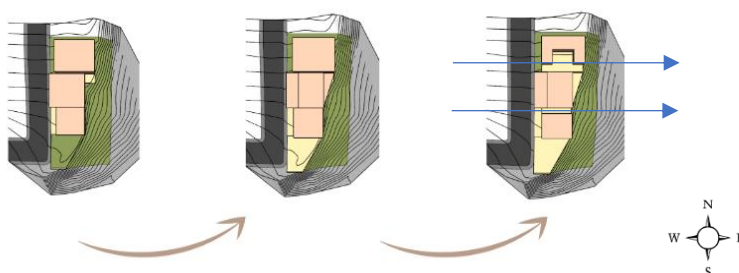
Fonte: Elaborado pela autora (2022)

A fim de aplicar a setorização em blocos como no programa de necessidades, surge uma hierarquia dos espaços a partir dos desníveis de conformação do terreno,

priorizando os ambientes mais privativos no platô de maior cota altimétrica (+505,00), e as áreas sociais abaixo (cotas +503,00 e +500,00).

O estudo de volumetria iniciou-se a partir dos volumes sólidos implantados nos três platôs, com a divisão de três grandes blocos inicialmente. Com a evolução, vieram os rasgos e no volume sólido proporcionando permeabilidade visual, atravessamento da paisagem, comunicação do interior com o exterior.

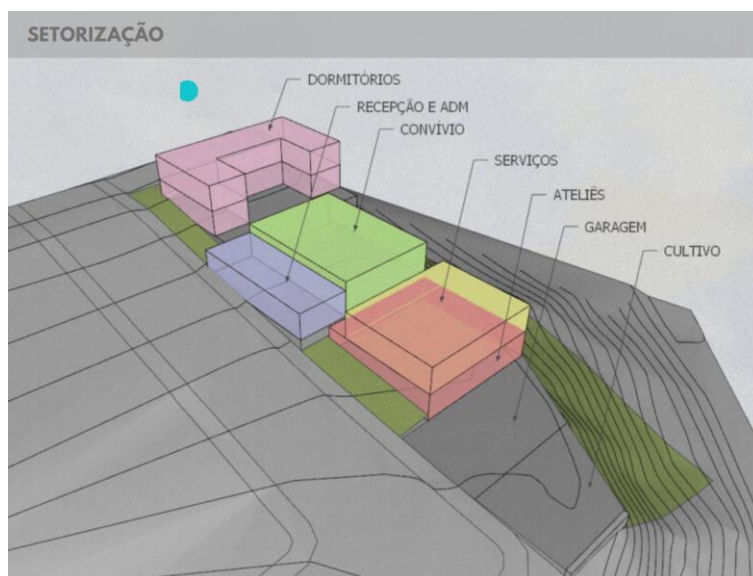
Figura 27: Diagramas de Evolução de Volume



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Com o volume fracionado, garantindo o atravessamento da paisagem, a comunicação do exterior com o interior foi garantida e os blocos dispostos de acordo com as premissas citadas anteriormente. A setorização do projeto foi pensada para trazer privacidade aos ambientes de dormitório que estão no patamar mais elevado, conexão com a natureza nas áreas de convívio e funcionalidade para as áreas de serviços e ofício, que estão em um nível mais próximo à rua e tem acesso de veículos.

Figura 28: Diagramas de Setorização



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Assim surge uma arquitetura própria do espaço. Uma arquitetura que valoriza elementos simples, que remetem às edificações tradicionais de cidades pequenas, trazendo acolhimento e pertencimento. Uma arquitetura convidativa, que abraça a natureza existente e harmoniza com o entorno atual.

Figura 29: Perspectiva Oeste (Dormitórios, Recepção, Serviços e Ateliês)



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Figura 30: Perspectiva Sul (Serviços, Ateliês, Horta e Pomar)



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Figura 31: Perspectiva Leste (Ateliês, Serviços, Convívio e Dormitórios)



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Figura 32: Perspectiva Norte (Dormitórios)



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Na cota de implantação +500,00 (ver prancha técnica 03, Apêndice C) encontram-se os ateliês de ofícios de marcenaria, costura, cultivo, arte em barro e concreto, além de banheiros acessíveis, área de serviços, a escada e a plataforma acessível de acesso ao pavimento térreo. Já na parte externa, encontra-se uma vaga descoberta para veículos e as áreas para plantio de hortaliças e frutíferas de pequeno porte

Figura 33: Perspectiva nível +500,00



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Figura 34: Perspectiva Oeste, Serviços, Ateliês, Pomar e Acesso Veículos



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Figura 35: Perspectiva Leste Serviços, Ateliês e Convívio



Figura 36: Interior Ateliês



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Na cota +503,00 (ver prancha técnica 04, Apêndice D) na edificação central, estão localizados o acesso de pedestres ligado diretamente à recepção com as salas de controle e administração adjacentes. Seguindo para o interior da edificação, a área de convívio abriga um grande pátio coberto e amplo, um deck de contemplação à natureza, escada arquibancada parcialmente coberta, além da plataforma acessível e a escada de acesso aos dormitórios. Já na edificação seguinte, estão localizados os banheiros acessíveis, lavanderia, cozinha, varanda e a sala de estudos, bem como escada e plataforma de acesso ao subsolo.

Figura 37: Perspectiva Oeste Acesso Recepção



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Figura 38: Perspectiva Leste, Recepção e Convívio



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Figura 39: Interior Convívio



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Figura 40: Interior Cozinha



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

No nível +505,00 e +508,00 (ver pranchas técnicas 05 e 06, Apêndice E e F) estão localizados os blocos de dormitórios, os vestiários (feminino e masculino), área de serviço e a praça de convívio, varanda de contemplação, escada e plataforma acessível de acesso ao segundo pavimento do bloco dos dormitórios. As tipologias dos quartos foram pensadas em diversos arranjos para plena adaptação dos usuários. O segundo pavimento, implantado na cota +508,00, possui a mesma configuração do

primeiro, com exceção do quarto acessível, que se transforma em um quarto triplo com banheiro.

Figura 41: Perspectiva Oeste Dormitórios



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Figura 42: Perspectiva Leste Dormitórios



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Figura 43: Interior Praça Dormitórios



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Figura 44: Interior Vista nível +505,00 para nível 503,00



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Figura 45: Vista do Segundo Pavimento dos Dormitórios



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Todos os espaços foram projetados cumprindo as normas de acessibilidade universal, com a utilização de plataformas elevatórias para vencer os níveis entre os blocos, rampas de declividade ideal para vencer pequenos desníveis entre os ambientes e circulações suficientes ao raio de giro de uma cadeira de rodas. Apenas o segundo pavimento do bloco de dormitórios não tem acesso por plataforma.

O método construtivo utilizado foi a estrutura em concreto armado, com fechamento em alvenaria de tijolo cerâmico e laje pré-moldada, com vigas e pilares robustos e com afastamento dos eixos reduzido devido à declividade do terreno.

A todo momento priorizou-se a arquitetura aberta como marca principal, prezando sempre pelo cuidado de não se remeter ao aspecto fechado, enclausurado e insalubre do sistema prisional, como aspecto importante na promoção da ressocialização.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apresentado na introdução deste trabalho, as problemáticas do sistema prisional brasileiro repercutem de forma negativa na plena capacidade do egresso retornar às condições ideais de vida em comunidade. Como essa ressocialização não é efetivada dentro dos estabelecimentos prisionais, é urgente a busca por medidas de curto e médio prazo que atuem no cenário pós-prisional.

Durante o desenvolvimento deste trabalho, buscou-se consolidar as diretrizes da proposta de um abrigo institucional de apoio à ressocialização de egressos do sistema prisional, tendo como principal aposta a moradia temporária, subsidiada em um momento crucial na vida de um egresso do sistema prisional. O projeto é inspirado na junção da aplicação da Política Nacional de Pessoas Egressas do Sistema Prisional, em articulação com a adaptação das referências teóricas trazidas, como o modelo governamental de Abrigo Institucional e do equipamento público Escritório Social.

Nesse sentido, a consolidação do projeto arquitetônico da Casa Maxuell Silva, como um possível ensaio a nível regional, utiliza a arquitetura como importante ferramenta na resolução de problemas sociais, como a reintegração dos egressos deste sistema.

Este trabalho é uma reflexão inesgotável a respeito de um problema crônico de uma parcela da sociedade marginalizada e desassistida, que se tratado da forma adequada poderia contribuir diretamente na queda dos índices de reinserção deles na criminalidade e na promoção da segurança pública do país. Por fim, demonstra-se como a arquitetura pode prestar auxílio na resolução de problemas em cenários críticos comunitários e reforça a própria arquitetura como um potente agente transformador de vidas que realmente precisam.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SOUZA, R. L.; SILVEIRA, A. M. Mito da ressocialização: programas destinados a egressos do sistema prisional. **SER Social**, [S. l.], v. 17, n. 36, p. 163, 2015. DOI: 10.26512/ser_social.v17i36.13421. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/13421. Acesso: 12 out. 2021.

SANTIS, B. M.; ENGBRUCH, W. **A evolução histórica do sistema prisional: Privação de liberdade, antes utilizada como custódia, se torna forma de pena**. 2016. Disponível em: <<http://pre.univesp.br/sistema-prisional#.WhNe8ltSzIU>>. Acesso em: 23 out. 2017.

ACEBES, C. M. Human Rights Watch. BBC News. 2015. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-36496295>>. Acesso em: 10 de nov. de 2021.

ANDRADE, P. V. **Sistema Carcerário Brasileiro**. 2018. 41 f. Monografia (Graduação em Direito) – Núcleo de Trabalho Científico, UniEvangélica, Anápolis, 2018.

BRASIL. Lei nº 7.210, de julho de 1984. **Institui a Lei da Execução Penal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm>. Acesso: 15 de out. de 2021.

BRASIL. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. **Aprova a Tipificação de Serviços Socioassistenciais**. Disponível em: < https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao_CNAS_N109_202009.pdf >. Acesso em: 24 de nov. de 2021.

BRASIL. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. 2014. 14. ed. Brasília: [s.n.].

BRASIL. **Serviço de acolhimento para adultos e famílias**. Ministério da Cidadania. 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/unidades-de-acolhimento/servico-de-acolhimento-para-adultos-e-familias>>. Acesso em: 21 de nov. de 2021.

BRASIL. **Assistência Social**. Ministério da Cidadania. 2020. Disponível em: < <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social> >. Acesso em: 21 de nov. de 2021.

BRASIL. **Unidades de acolhimento**. Ministério da Cidadania. 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/unidades-de-atendimento/unidades-de-acolhimento>>. Acesso em: 21 de nov. de 2021.

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. **Política nacional de atenção às pessoas egressas do sistema prisional**. Departamento Penitenciário Nacional, Conselho Nacional de Justiça, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2020a. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario/politica-de-atencao-a-pessoas-egressas-do-sistema-prisional-escritorios-sociais/historico/>>. Acesso em: 24 de out. de 2021.

BRASIL. Manual de Gestão e Funcionamento dos Escritórios Sociais. **Caderno de Gestão dos Escritórios Sociais III**. Conselho Nacional de Justiça. 182 f. Brasília. 2020b.

BRASIL. Um olhar sobre os sistemas socioeducativo e prisional brasileiros. **Reentradas e Reiteraões Infracionais**. Conselho Nacional de Justiça. 64 f. Brasília. 2020c.

BRASIL. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Departamento Penitenciário Nacional. 2021a. Disponível em: <<https://www.gov.br/depen/pt-br/sisdepen>>. Acesso em: 03 de nov. de 2021.

BRASIL. **Presos em unidades prisionais no Brasil**. 2021b. Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoizTU2MzVhNWYtMzBkNi00NzJLTlIOWitZjYwY2ExZjBiMWNmliwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>>. Acesso em: 03 de nov. de 2021.

COSTA, T. P. **A dignidade da pessoa humana diante da sanção penal**. São Paulo: Editora Fiúza Editores, 2004.

DIAS, A. F. G. **Egressos do Sistema Prisional de Mariana MG**. WhatsApp: 9 dez. 2021. 10:28. 6 áudios de WhatsApp.

FIEMG. **SENAI Mariana** CPF Dr. José Luciano Duarte Penido. FIEMG. 2021. Disponível em: < <https://www7.fiemg.com.br/regionais/sede/unidade/senai-mariana-cfp-dr-jose-luciano-duarte-penido>>. Acesso em: 15 de dez. de 2021.

FERREIRA, P. G. A estrutura do sistema prisional brasileiro frente aos objetivos da teoria da pena. **Âmbito Jurídico**. 2012. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-penal/a-estrutura-do-sistema-prisional-brasileiro-frente-aos-objetivos-da-teoria-da-pena/>>. Acesso: 13 de nov. 2021.

Espírito Santo. **Escritório Social orienta egressos para acesso ao auxílio emergencial**. 2020. Disponível em: <<https://www.es.gov.br/Noticia/escritorio-social-orienta-egressos-para-acesso-ao-auxilio-emergencial>>. Acesso em: 19 de nov. de 2021.

João Pessoa. **Formação da equipe multiprofissional que vai atuar no Escritório Social começou nesta terça-feira (15)**. 2020. Disponível em: <<https://www.tjpb.jus.br/noticia/formacao-da-equipe-multiprofissional-que-vai-atuar-no-escritorio-social-comecou-nesta-terca>>. Acesso em: 19 de nov. de 2021.

Palmas. **CNJ e poderes públicos de Tocantins inauguram novo Escritório Social**. 2020. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/cnj-e-poderes-publicos-de-tocantins-inauguram-novo-escritorio-social/>>. Acesso em: 19 de nov. de 2021.

GOOGLE EARTH. Google. 2021.

G1. **Monitor da violência**. G1. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/>>. Acesso em: 21 de nov. de 2021.

IBGE. **Mariana**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2021. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/mariana/panorama>>. Acesso em: 14 de nov. de 2021.

INICIATIVA NEGRA. **Iniciativa negra lança pesquisa apontando efeitos e permanência do cárcere na vida de egressos e familiares pós-prisão na cidade de São Paulo**. Iniciativa Negra. 2021. Disponível em: <<https://iniciativanegra.org.br/iniciativa-negra-lanca-pesquisa-apontando-efeitos-e-permanencias-do-carcere-na-vida-de-egressos-e-familiares-pos-prisao-na-cidade-de-sao-paulo/>>. Acesso em: 02 de dez. de 2021.

LOPES, R. ARAUJO, I. **Por Elas: Por que é importante apoiar os egressos do sistema prisional? Justificando, mentes inquietas pensam direito**. 2021. Disponível em: <<https://www.justificando.com/2021/05/06/por-elas-por-que-e-importante-apoiar-os-egressos-do-sistema-prisional/>>. Acesso: 02 de dez. de 2021.

MACHADO A. E. B., SOUZA A. P. R., SOUZA M. C. Sistema Penitenciário Brasileiro – Origem, atualidade e exemplos funcionais. **Revista do Curso de Direito da Faculdade de Humanidades e Direito**, v. 10, n. 10, 2013. Disponível em: <<http://www.bibliotekevirtual.org/index.php/2013-02-07-03-02-35/2013-02-07-03-03-11/283-rcd/v10n10/2279-v10n10a09.html>>. Acesso em: 21 de nov. de 2021.

MARIANA. **Lei Complementar nº 16, de 04 de nov. de 2014**. Disponível em: <http://mariana.mg.gov.br/uploads/prefeitura_mariana_2018/arquivos/plano-diretor.pdf>. Acesso em 14 de nov. de 2021.

MEDEIROS, J. **Acolhimento Institucional: o que é e quais as modalidades?** 2020. Disponível em: <<https://www.gesuas.com.br/blog/acolhimento-institucional/>>. Acesso em: 23 de nov. de 2021.

MINAS GERAIS. **De alta complexidade. Assistência Social. 2021b**. Disponível em: <<https://social.mg.gov.br/assistencia-social/protecao-social-especial/de-alta-complexidade>>. Acesso em: 21 de nov. de 2021.

FREIRE, Moema, Apud Agência CNJ de Notícias via PNUD. **Escritório Social, agora em 14 estados, fortalece política de atenção à pessoa egressa do sistema prisional**. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. 2020. Disponível em: <<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/about-us.html>>. Acesso em: 10 de dez. de 2021.

PREFEITURA DE MARIANA. **Cria**. Prefeitura de Mariana. 2021. Disponível em: <<https://www.mariana.mg.gov.br/cria>>. Acesso em: 13 de dez. de 2021.

PREFEITURA DE MARIANA. **Recriavida**. Prefeitura de Mariana. 2021. Disponível em: <<https://www.mariana.mg.gov.br/recriavida>>. Acesso em: 13 de dez. de 2021.

PREFEITURA DE MARIANA. **CRAS**. Prefeitura de Mariana. 2021. Disponível em: <<https://www.mariana.mg.gov.br/recriavida>>. Acesso em: 13 de dez. de 2021.

GONÇALVES, L. Inscrições abertas para matrículas e renovação de matrículas da modalidade EJA. Prefeitura de Mariana. 2021. Disponível em: <<http://mariana.mg.gov.br/noticia/6417/inscricoes-abertas-para-matriculas-e-renovacao-de-matriculas-da-modalidade-eja>>. Acesso em: 07 de dez. de 2021.

JÚNIOR, Aderaldo Ribeiro de Queiroz. **A realidade carcerária: um retrocesso à ressocialização.** Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/29379/a-realidade-carceraria-um-retrocesso-a-ressocializacao>. Acesso em: 25/05/2022

FILHO, Eleones Rodrigues Monteiro. **O sistema penal e a ressocialização do preso no Brasil.** Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/41528/o-sistema-penal-e-a-ressocializacao-do-preso-no-brasil>. Acesso em: 25/05/2022

Casa sob as Árvores / Doro" [House Under the Trees / Doro] 27 Mai 2022. ArchDaily Brasil. Acessado 3 Jun 2022. <<https://www.archdaily.com.br/br/982537/casa-sob-as-arvores-doro>> ISSN 0719-8906

Casa Trama de Tijolos / HONEYCOMB architects" [Brick Screen House / HONEYCOMB architects] 21 Mai 2022. ArchDaily Brasil. Acessado 4 Jun 2022. <<https://www.archdaily.com.br/br/982097/casa-trama-de-tijolos-honeycomb-architects>> ISSN 0719-8906

Casa Bosqueazul / ALH Taller de Arquitectura" [Casa Bosqueazul / ALH Taller de Arquitectura] 13 Abr 2022. ArchDaily Brasil. Acessado 4 Jun 2022. <<https://www.archdaily.com.br/br/979935/casa-bosqueazul-alh-taller-de-arquitectura>> ISSN 0719-8906

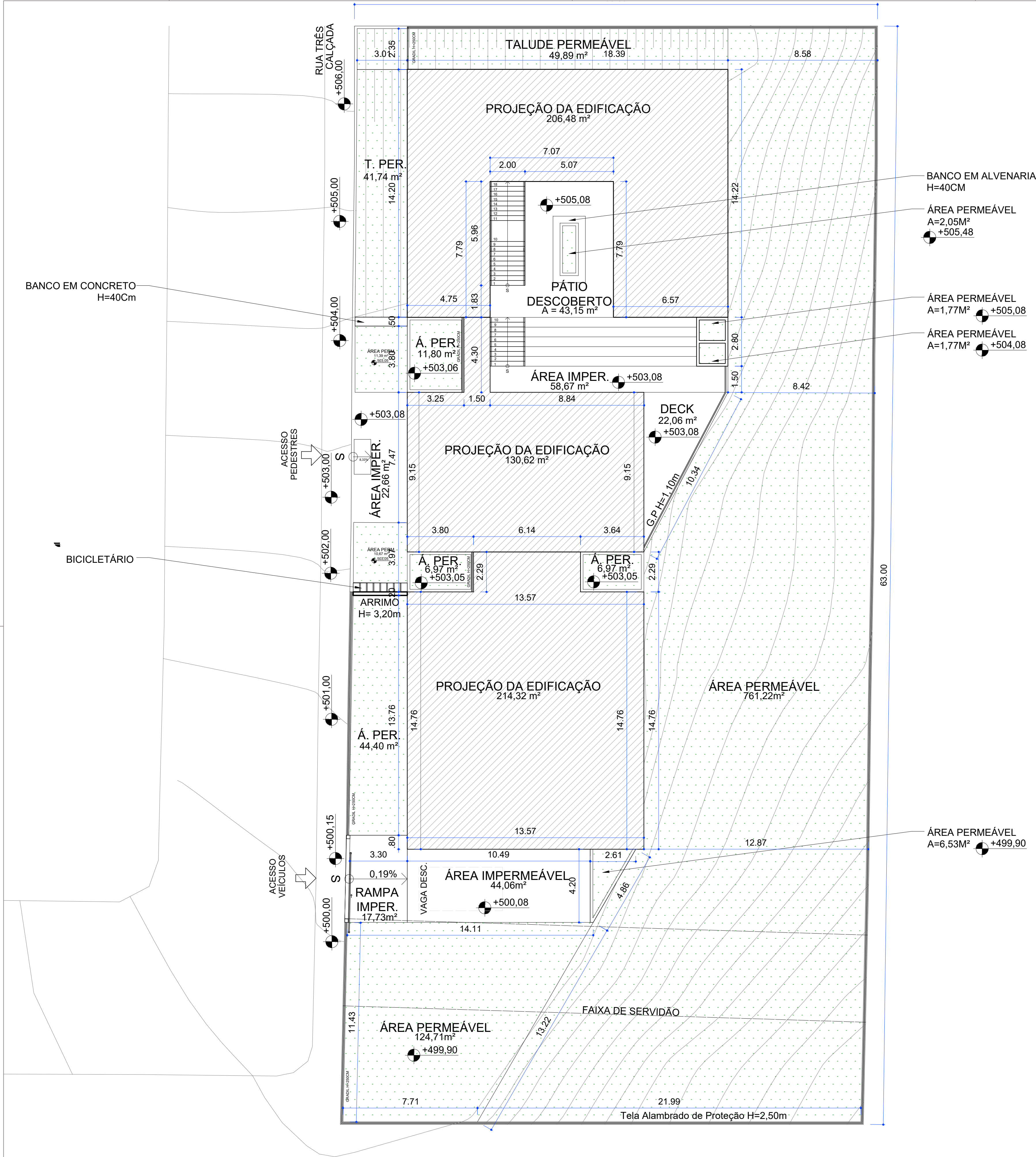
7. APÊNDICES

APÊNDICE A: Planta de Localização



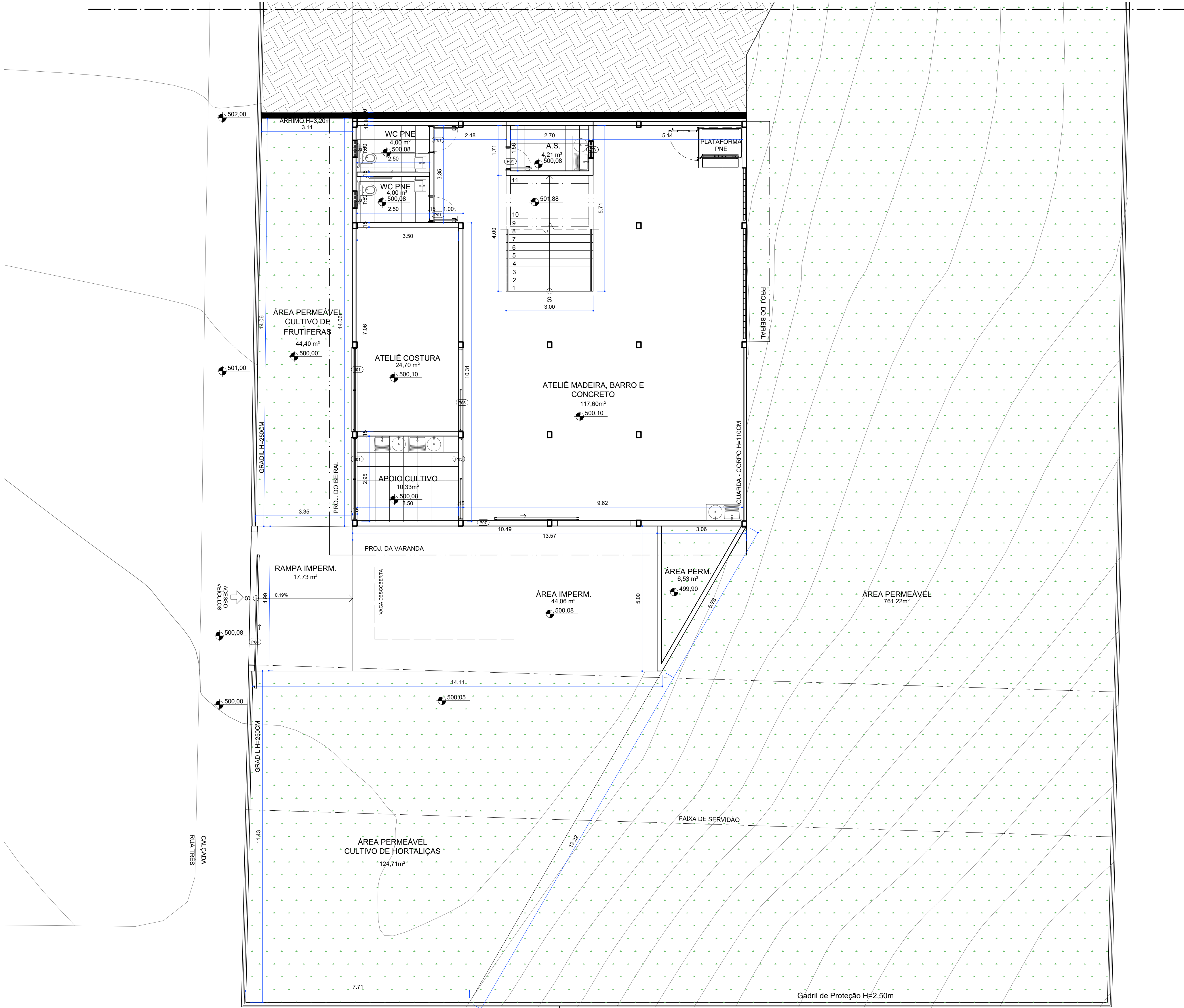
PROJETO				DISCENTE	
ANTEPROJETO				ISABELA RAMOS FERREIRA	
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO				ORIENTADOR	
ARQUITETURA E URBANISMO				YURI QUEIROZ ABREU TORRES	
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO				DATA	FOLHA
CASA DE APOIO À RESSOCIALIZAÇÃO DE EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL				JUNHO DE 2022	01
MARIANA - MG					
ESCALA	FORMATO	DESENHO			
1:500	A1	PLANTA DE LOCALIZAÇÃO			

APÊNDICE B: Planta de Implantação



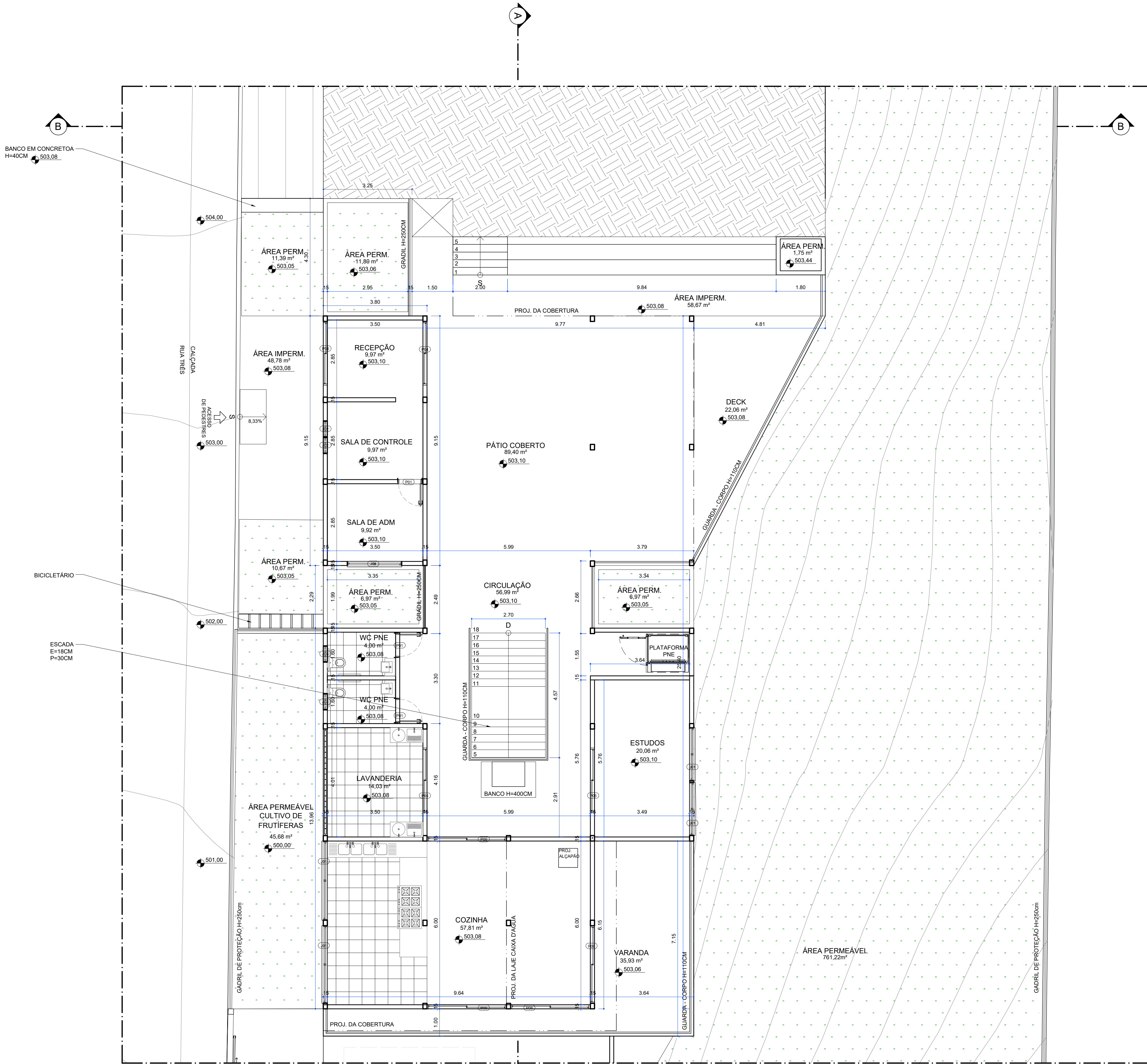
DADOS DO PROJETO			
USO DA EFIDIFICAÇÃO	INSTITUCIONAL	ÁREA DE PROJEÇÃO (m²)	551,42
ÁREA DO TOTAL DO LOTE (m²)	1890,00	TAXA DE OCUPAÇÃO (%)	0,29
TESTADA (m)	63,00	ÁREA PERMEÁVEL (m²)	1.057,00
PROFUNDIDADE (m)	30,00	TAXA DE PERMEABILIDADE (%)	55,92
ÁREA CONSTRUÍDA SUBSOLO (m²)	193,49	Nº DE PAV ABAIXO DA RUA	01
ÁREA CONSTRUÍDA TÉRREO (m²)	344,67	Nº DE PAV ACIMADA RUA	02
ÁREA CONSTRUÍDA 1º PAV (m²)	220,46	AFASTAMENTO FRONTA MIN. (m)	3,00
ÁREA CONSTRUÍDA 2º PAV (m²)	208,43	AFASTAMENTO POSTERIOR MIN. (m)	8,43
ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA (m²)	967,05	AFASTAMENTO LATERAL D. MIN. (m)	15,43
COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO	0,51	AFASTAMENTO LATERAL E. MIN. (m)	2,35

APÊNDICE C: Planta do Subsolo



QUADRO DE ESQUADRIAS				
P01	27	80 x 210 cm	PORTA DE MADEIRA 1 FOLHA DE ABRIR	
P02	16	60 x 190 cm	PORTA VENEZIANA DE ALUMÍNIO 1 FOLHA DE ABRIR	
P03	4	60 x 210 cm	PORTA DE MADEIRA 1 FOLHA DE ABRIR	
P04	2	230 x 240 cm	PORTA DE ESTRUTURA DE MADEIRA COM 1 FOLHA DE CORRER COM FECHAMENTO EM VIDRO TEMPERADO E 1 FOLHA FIXA DE VENEZIANA DE MADEIRA	
P05	4	240 x 240 cm	PORTA DE ESTRUTURA DE MADEIRA COM 1 FOLHA DE CORRER COM FECHAMENTO EM VIDRO TEMPERADO E 1 FOLHA FIXA EM VIDRO TEMPERADO	
P06	4	290 x 240 cm	PORTA DE ESTRUTURA DE MADEIRA COM 1 FOLHA DE CORRER COM FECHAMENTO EM VIDRO TEMPERADO E 1 FOLHA FIXA EM VIDRO TEMPERADO	
P07	01	600 x 240 cm	PORTÃO DE AÇO GALVANIZADO COM UM FOLHA FIXA E UMA FOLHA DE CORRER COM FECHAMENTO EM RIPAS HORIZONTAIS	
P08	01	300 x 240 cm	PORTÃO DE VEÍCULOS EM AÇO GALVANIZADO COM UMA FOLHA FIXA BASCULANTE COM FECHAMENTO EM RIPAS HORIZONTAIS	
P09	01	100 x 240 cm	PORTÃO DE PEDESTRE EM AÇO GALVANIZADO COM UMA FOLHA FIXA BASCULANTE COM FECHAMENTO EM RIPAS HORIZONTAIS	
P10	04	80 x 210 cm	PORTA DE MADEIRA COM UMA FOLHA DE CORRER EM VENEZIANA	
J01	16	200X160X55	JANELA COM ESTRUTURA EM MADEIRA COM 1 FOLHA DE CORRER E 1 FOLHA FIXA EM VIDRO TEMPERADO, PEITORIL EM FOLHA FIXA COM FECHAMENTO EM VIDRO	
J02	16	60X210X110	JANELA COM ESTRUTURA EM MADEIRA COM 1 FOLHA DE BASCULANTE E 1 FOLHA FIXA EM VIDRO TEMPERADO, PEITORIL EM FOLHA FIXA COM FECHAMENTO EM VENEZIANA	
J03	28	60X65X180	JANELA COM ESTRUTURA DE MADEIRA COM 1 FOLHA BASCULANTE COM FECHAMENTO EM VIDRO TEMPERADO	

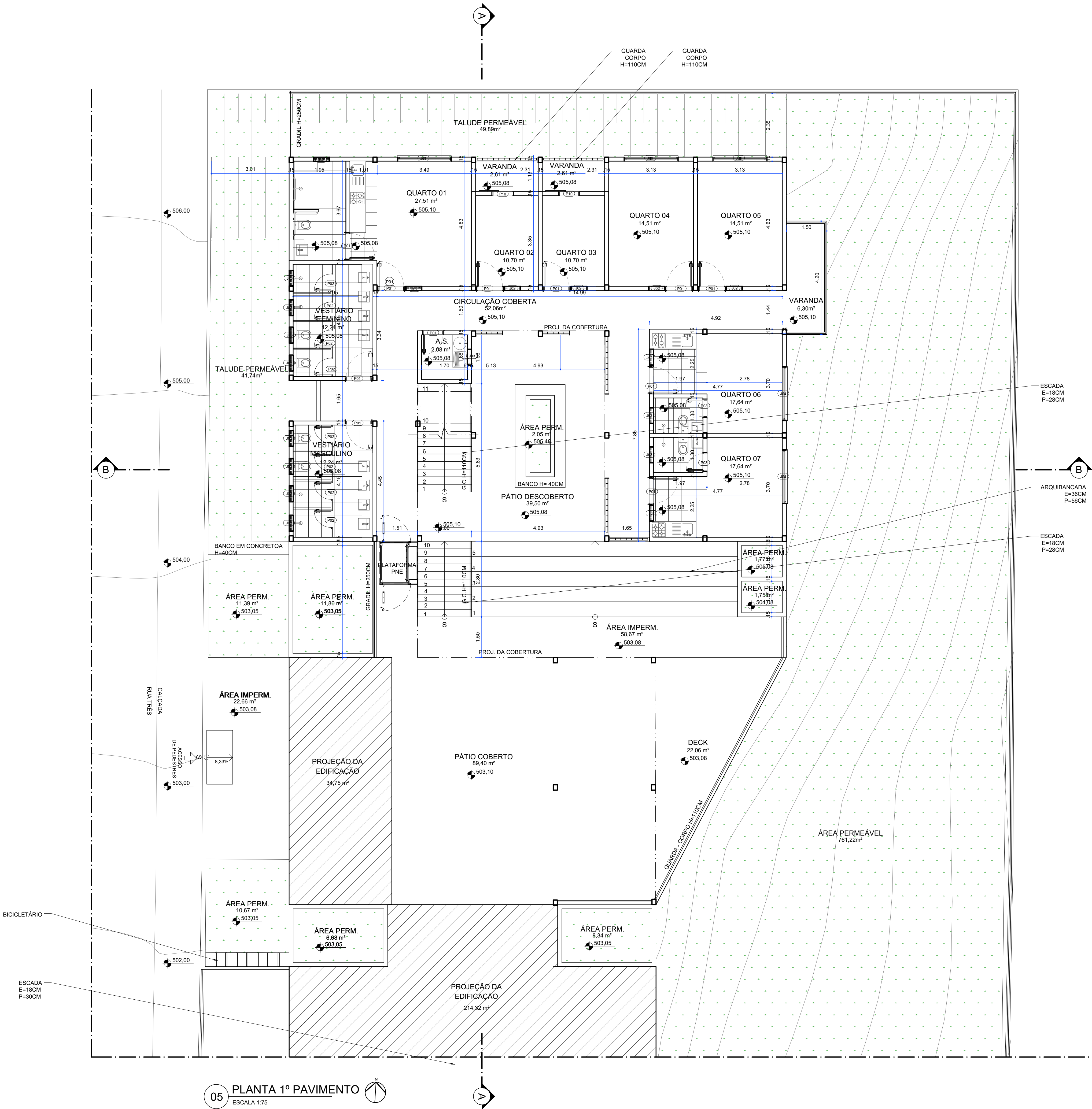
APÊNDICE D: Planta do Térreo



QUADRO DE ESQUADRIAS				
P01	27	80 x 210 cm	PORTA DE MADEIRA 1 FOLHA DE ABRIR	
P02	16	60 x 190 cm	PORTA VENEZIANA DE ALUMÍNIO 1 FOLHA DE ABRIR	
P03	4	60 x 210 cm	PORTA DE MADEIRA 1 FOLHA DE ABRIR	
P04	2	230 x 240 cm	PORTA DE ESTRUTURA DE MADEIRA COM 1 FOLHA DE CORRER COM FECHAMENTO EM VIDRO TEMPERADO E 1 FOLHA FIXA DE VENEZIANA DE MADEIRA	
P05	4	240 x 240 cm	PORTA DE ESTRUTURA DE MADEIRA COM 1 FOLHA DE CORRER COM FECHAMENTO EM VIDRO TEMPERADO E 1 FOLHA FIXA EM VIDRO TEMPERADO	
P06	4	290 x 240 cm	PORTA DE ESTRUTURA DE MADEIRA COM 1 FOLHA DE CORRER COM FECHAMENTO EM VIDRO TEMPERADO E 1 FOLHA FIXA EM VIDRO TEMPERADO	
P07	01	600 x 240 cm	PORTÃO DE AÇO GALVANIZADO COM UM FOLHA FIXA E UMA FOLHA DE CORRER	
P08	01	300 x 240 cm	PORTÃO DE VEÍCULOS EM AÇO GALVANIZADO COM UMA FOLHA FIXA BASCULANTE COM FECHAMENTO EM RIPAS HORIZONTAIS	
P09	01	100 x 240 cm	PORTÃO DE PEDESTRE EM AÇO GALVANIZADO COM UMA FOLHA FIXA BASCULANTE COM FECHAMENTO EM RIPAS HORIZONTAIS	
P10	04	80 x 210 cm	PORTA DE MADEIRA COM UMA FOLHA DE CORRER EM VENEZIANA	
J01	16	200X160X55	JANELA COM ESTRUTURA EM MADEIRA COM 1 FOLHA DE CORRER E 1 FOLHA FIXA EM VIDRO TEMPERADO, PEITORIL EM FOLHA FIXA COM FECHAMENTO EM VIDRO	
J02	16	60X210X110	JANELA COM ESTRUTURA EM MADEIRA COM 1 FOLHA DE BASCULANTE E 1 FOLHA FIXA EM VIDRO TEMPERADO, PEITORIL EM FOLHA FIXA COM FECHAMENTO EM VENEZIANA	
J03	28	60X65X180	JANELA COM ESTRUTURA DE MADEIRA COM 1 FOLHA BASCULANTE COM FECHAMENTO EM VIDRO TEMPERADO	

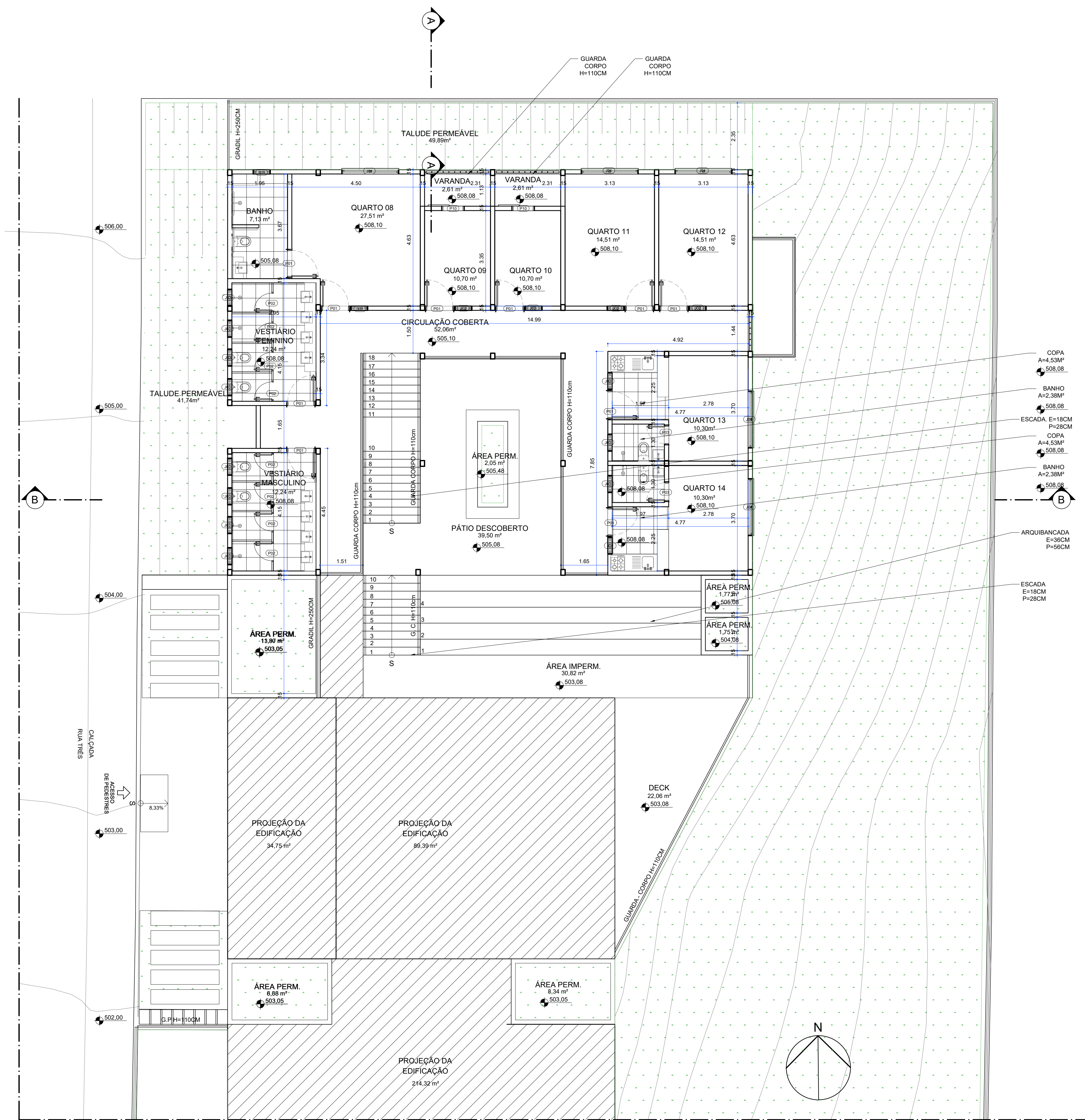
APÊNDICE E: Planta do Pavimento 1

QUADRO DE ESQUADRIAS				
P01	27	80 x 210 cm	PORTA DE MADEIRA 1 FOLHA DE ABRIR	
P02	16	60 x 190 cm	PORTA VENEZIANA DE ALUMÍNIO 1 FOLHA DE ABRIR	
P03	4	60 x 210 cm	PORTA DE MADEIRA 1 FOLHA DE ABRIR	
P04	2	230 x 240 cm	PORTA DE ESTRUTURA DE MADEIRA COM 1 FOLHA DE CORRER COM FECHAMENTO EM VIDRO TEMPERADO E 1 FOLHA FIXA DE VENEZIANA DE MADEIRA	
P05	4	240 x 240 cm	PORTA DE ESTRUTURA DE MADEIRA COM 1 FOLHA DE CORRER COM FECHAMENTO EM VIDRO TEMPERADO E 1 FOLHA FIXA EM VIDRO TEMPERADO	
P06	4	290 x 240 cm	PORTA DE ESTRUTURA DE MADEIRA COM 1 FOLHA DE CORRER COM FECHAMENTO EM VIDRO TEMPERADO E 1 FOLHA FIXA EM VIDRO TEMPERADO	
P07	01	600 x 240 cm	PORTÃO DE AÇO GALVANIZADO COM UM FOLHA FIXA E UMA FOLHA DE CORRER COM FECHAMENTO EM RIPAS HORIZONTAIS	
P08	01	300 x 240 cm	PORTÃO DE VEÍCULOS EM AÇO GALVANIZADO COM UMA FOLHA FIXA BASCULANTE COM FECHAMENTO EM RIPAS HORIZONTAIS	
P09	01	100 x 240 cm	PORTÃO DE PEDESTRE EM AÇO GALVANIZADO COM UMA FOLHA FIXA BASCULANTE COM FECHAMENTO EM RIPAS HORIZONTAIS	
P10	04	80 x 210 cm	PORTA DE MADEIRA COM UMA FOLHA DE CORRER EM VENEZIANA	
J01	16	200X160X55	JANELA COM ESTRUTURA EM MADEIRA COM 1 FOLHA DE CORRER E 1 FOLHA FIXA EM VIDRO TEMPERADO, PEITORIL EM FOLHA FIXA COM FECHAMENTO EM VIDRO	
J02	16	60X210X110	JANELA COM ESTRUTURA EM MADEIRA COM 1 FOLHA DE BASCULANTE E 1 FOLHA FIXA EM VIDRO TEMPERADO, PEITORIL EM FOLHA FIXA COM FECHAMENTO EM VENEZIANA	
J03	28	60X65X180	JANELA COM ESTRUTURA DE MADEIRA COM 1 FOLHA BASCULANTE COM FECHAMENTO EM VIDRO TEMPERADO	



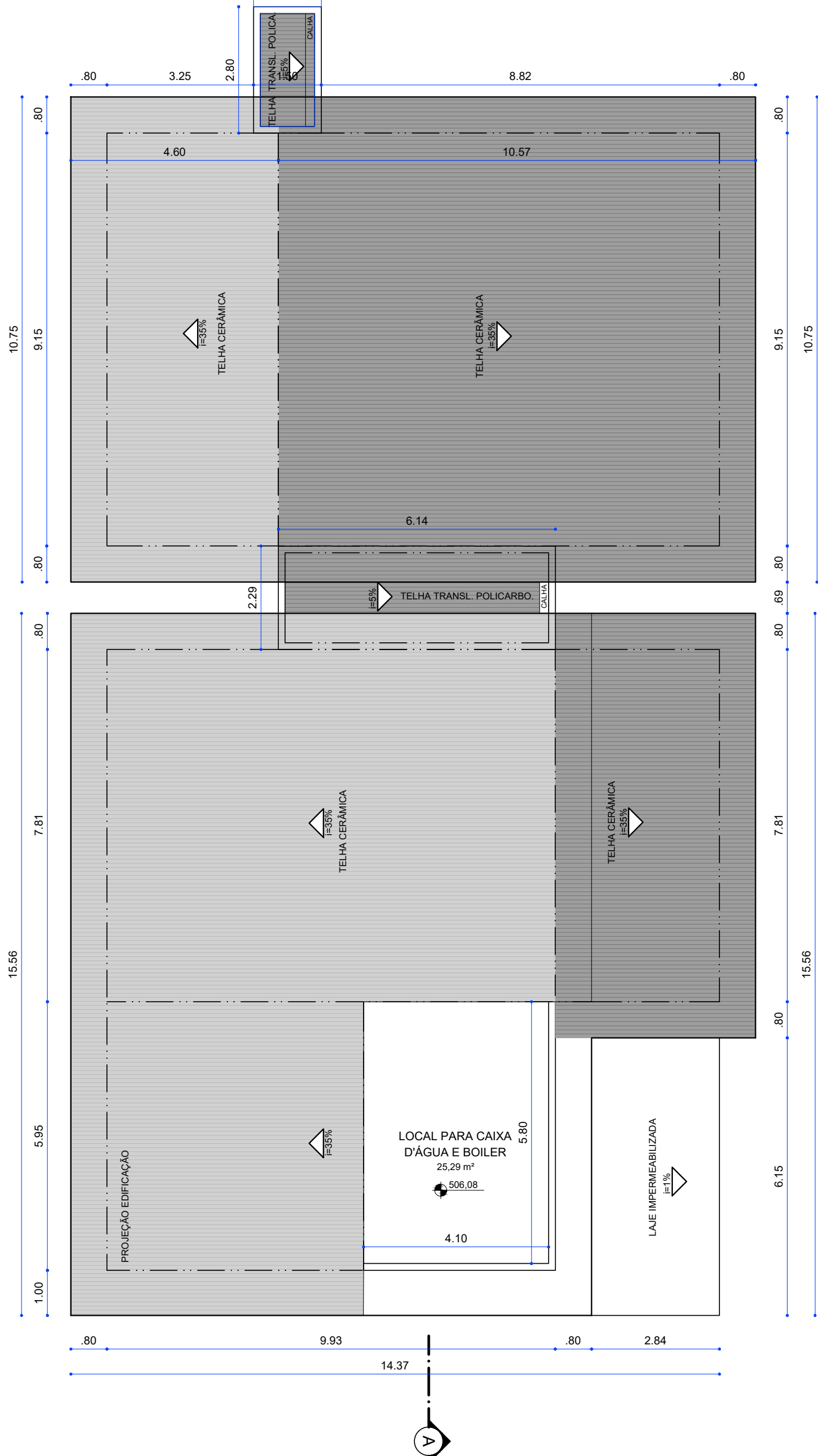
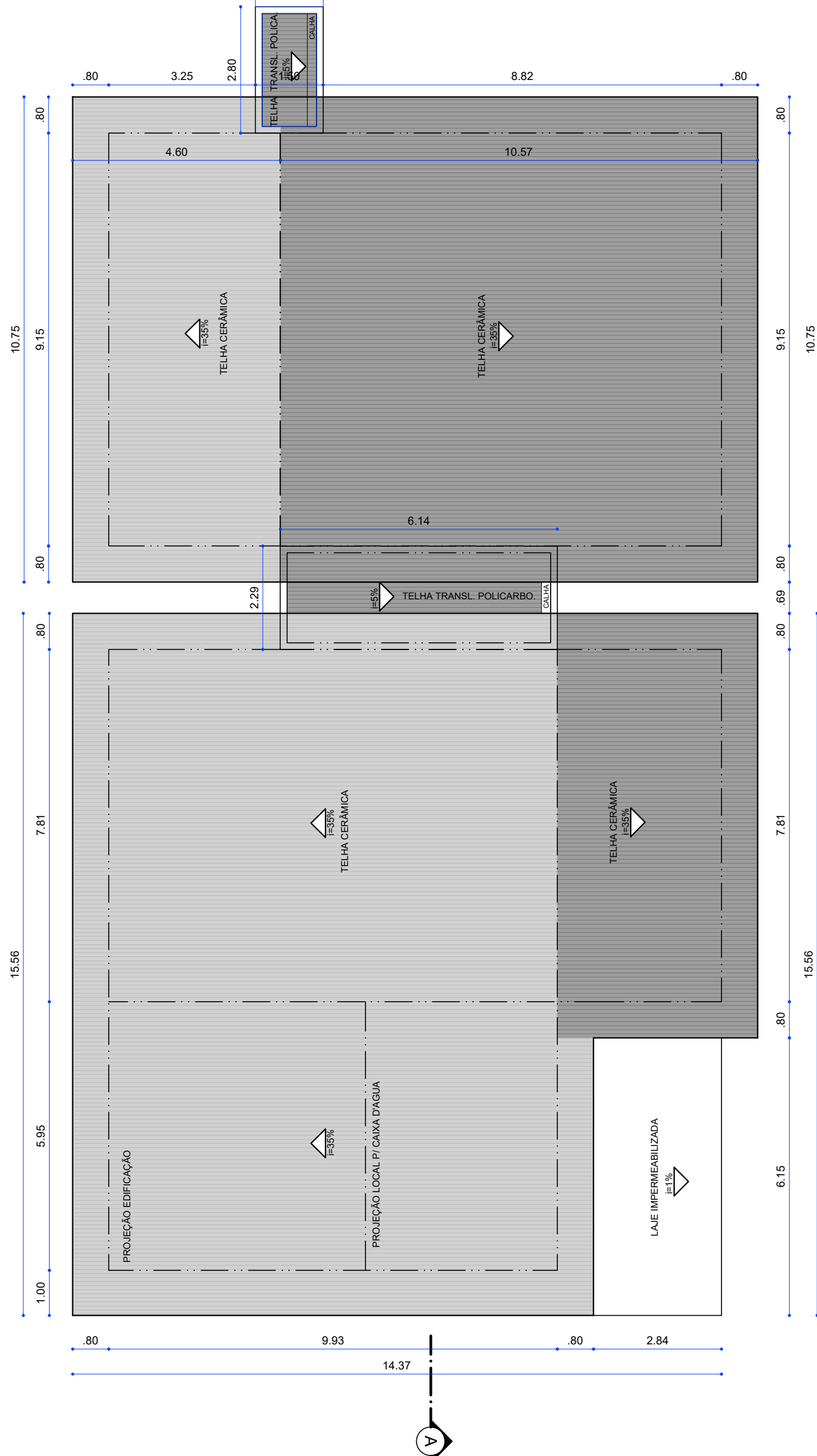
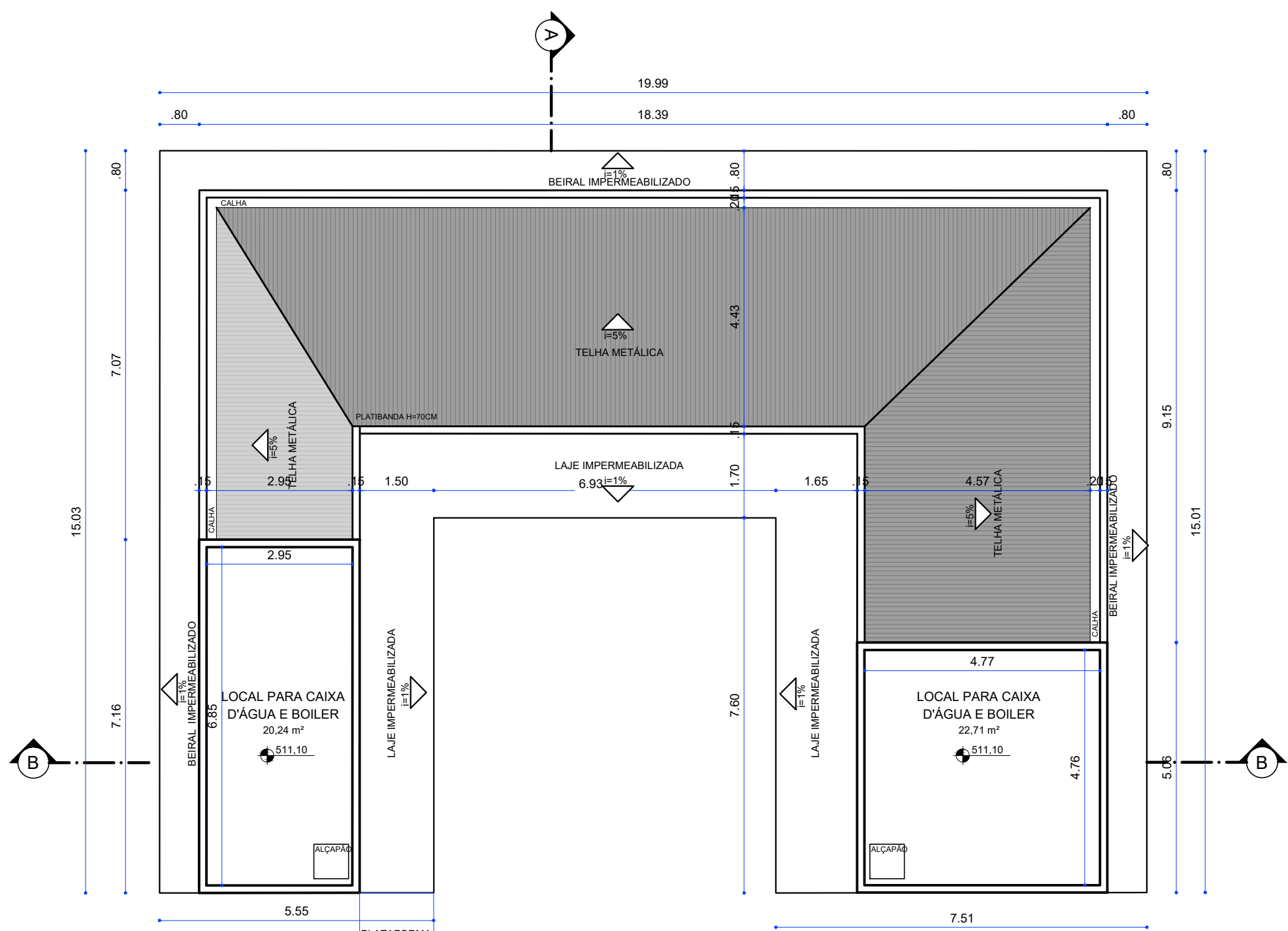
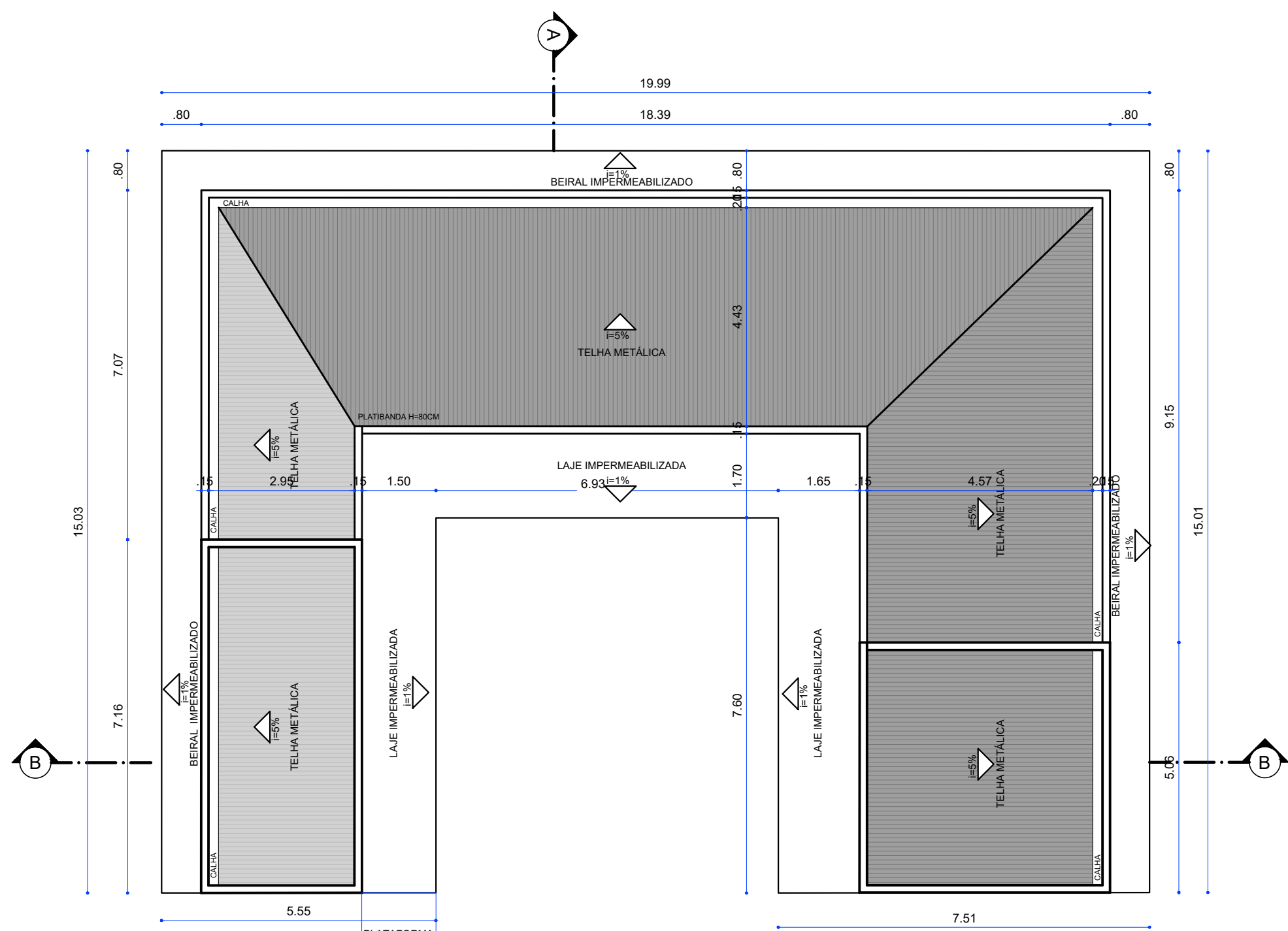
PROJETO				
ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO				
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO			DISCENTE	
ARQUITETURA E URBANISMO			ISABELA RAMOS FERREIRA	
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO			ORIENTADOR	
CASA DE APOIO À RESSOCIALIZAÇÃO DE EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL			YURI QUEIROZ ABREU TORRES	
MARIANA - MG				
ESCALA	FORMATO	DESENHO	DATA	FOLHA
1:75	A1	PLANTA PAVIMENTO 01	JUNHO DE 2022	05

APÊNDICE F: Planta do Pavimento 2



QUADRO DE ESQUADRIAS				
P01	27	80 x 210 cm	PORTA DE MADEIRA 1 FOLHA DE ABRIR	
P02	16	60 x 190 cm	PORTA VENEZIANA DE ALUMÍNIO 1 FOLHA DE ABRIR	
P03	4	60 x 210 cm	PORTA DE MADEIRA 1 FOLHA DE ABRIR	
P04	2	230 x 240 cm	PORTA DE ESTRUTURA DE MADEIRA COM 1 FOLHA DE CORRER COM FECHAMENTO EM VIDRO TEMPERADO E 1 FOLHA FIXA DE VENEZIANA DE MADEIRA	
P05	4	240 x 240 cm	PORTA DE ESTRUTURA DE MADEIRA COM 1 FOLHA DE CORRER COM FECHAMENTO EM VIDRO TEMPERADO E 1 FOLHA FIXA EM VIDRO TEMPERADO	
P06	4	290 x 240 cm	PORTA DE AÇO GALVANIZADO COM 1 FOLHA FIXA EM VIDRO TEMPERADO E 1 FOLHA FIXA EM VIDRO TEMPERADO	
P07	01	600 x 240 cm	PORTÃO DE AÇO GALVANIZADO COM UM FOLHA FIXA E UMA FOLHA DE CORRER COM FECHAMENTO EM RIPAS HORIZONTAIS	
P08	01	300 x 240 cm	PORTÃO DE VEÍCULOS EM AÇO GALVANIZADO COM UMA FOLHA FIXA BASCULANTE COM FECHAMENTO EM RIPAS HORIZONTAIS	
P09	01	100 x 240 cm	PORTÃO DE PEDESTRE EM AÇO GALVANIZADO COM UMA FOLHA FIXA BASCULANTE COM FECHAMENTO EM RIPAS HORIZONTAIS	
P10	04	80 x 210 cm	PORTA DE MADEIRA COM UMA FOLHA DE CORRER EM VENEZIANA	
J01	16	200X160X55	JANELA COM ESTRUTURA EM MADEIRA COM 1 FOLHA DE CORRER E 1 FOLHA FIXA EM VIDRO TEMPERADO, PEITORIL EM FOLHA FIXA COM FECHAMENTO EM VIDRO	
J02	16	60X210X110	JANELA COM ESTRUTURA EM MADEIRA COM 1 FOLHA DE BASCULANTE E 1 FOLHA FIXA EM VIDRO TEMPERADO, PEITORIL EM FOLHA FIXA COM FECHAMENTO EM VENEZIANA	
J03	28	60X65X180	JANELA COM ESTRUTURA DE MADEIRA COM 1 FOLHA BASCULANTE COM FECHAMENTO EM VIDRO TEMPERADO	

APÊNDICE G: Planta de Cobertura

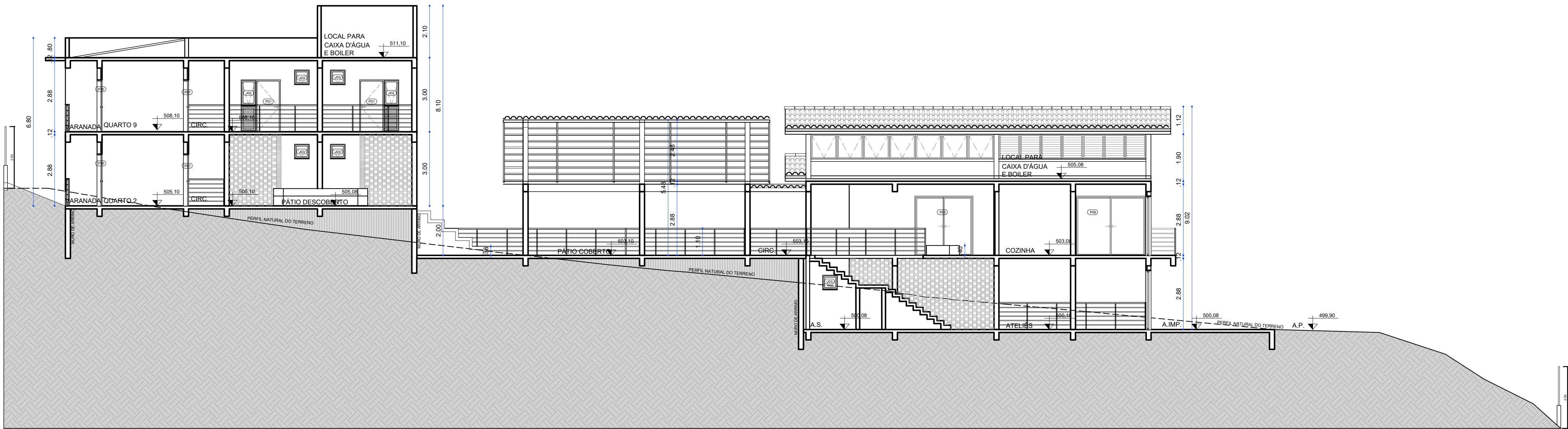


07 COBERTURA
ESCALA 1:100

08 CAIXA D'AGUA
ESCALA 1:100

PROJETO				
ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO				
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO			DISCENTE	
ARQUITETURA E URBANISMO			ISABELA RAMOS FERREIRA	
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO			ORIENTADOR	
CASA DE APOIO A RESSOCIALIZAÇÃO DE EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL			YURI QUEIROZ ABREU TORRES	
MARIANA - MG				
ESCALA	FORMATO	DESENHO	DATA	FOLHA
1:100	A1	PLANTA COBERTURA	JUNHO DE 2022	07

APÊNDICE H: Cortes



09 CORTE AA
ESCALA 1:100



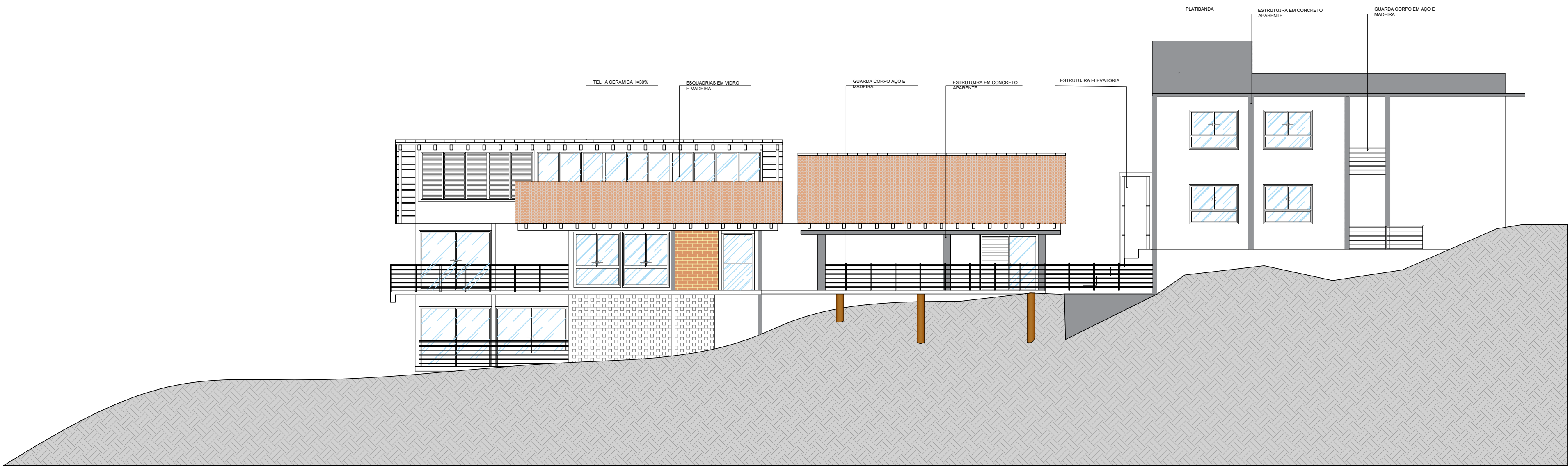
10 CORTE BB
ESCALA 1:100

QUADRO DE ESQUADRIAS				
P01	27	80 x 210 cm	PORTA DE MADEIRA 1 FOLHA DE ABRIR	
P02	16	60 x 190 cm	PORTA VENEZIANA DE ALUMÍNIO 1 FOLHA DE ABRIR	
P03	4	60 x 210 cm	PORTA DE MADEIRA 1 FOLHA DE ABRIR	
P04	2	230 x 240 cm	PORTA DE ESTRUTURA DE MADEIRA COM 1 FOLHA DE CORRER COM FECHAMENTO EM VIDRO TEMPERADO E 1 FOLHA FIXA DE VENEZIANA DE MADEIRA	
P05	4	240 x 240 cm	PORTA DE ESTRUTURA DE MADEIRA COM 1 FOLHA DE CORRER COM FECHAMENTO EM VIDRO TEMPERADO E 1 FOLHA FIXA EM VIDRO TEMPERADO	
P06	4	290 x 240 cm	PORTA DE ESTRUTURA DE MADEIRA COM 1 FOLHA DE CORRER COM FECHAMENTO EM VIDRO TEMPERADO E 1 FOLHA FIXA EM VIDRO TEMPERADO	
P07	01	600 x 240 cm	PORTÃO DE AÇO GALVANIZADO COM UM FOLHA FIXA E UMA FOLHA DE CORRER COM FECHAMENTO EM RIPAS HORIZONTAIS	
P08	01	300 x 240 cm	PORTÃO DE VEÍCULOS EM AÇO GALVANIZADO COM UMA FOLHA FIXA BASCULANTE COM FECHAMENTO EM RIPAS HORIZONTAIS	
P09	01	100 x 240 cm	PORTÃO DE PEDESTRE EM AÇO GALVANIZADO COM UMA FOLHA FIXA BASCULANTE COM FECHAMENTO EM RIPAS HORIZONTAIS	
P10	04	80 x 210 cm	PORTA DE MADEIRA COM UMA FOLHA DE CORRER EM VENEZIANA	
J01	16	200X160X55	JANELA COM ESTRUTURA EM MADEIRA COM 1 FOLHA DE CORRER E 1 FOLHA FIXA EM VIDRO TEMPERADO, PEITORIL EM FOLHA FIXA COM FECHAMENTO EM VIDRO	
J02	16	60X210X110	JANELA COM ESTRUTURA EM MADEIRA COM 1 FOLHA DE BASCULANTE E 1 FOLHA FIXA EM VIDRO TEMPERADO, PEITORIL EM FOLHA FIXA COM FECHAMENTO EM VENEZIANA	
J03	28	60X65X180	JANELA COM ESTRUTURA DE MADEIRA COM 1 FOLHA BASCULANTE COM FECHAMENTO EM VIDRO TEMPERADO	

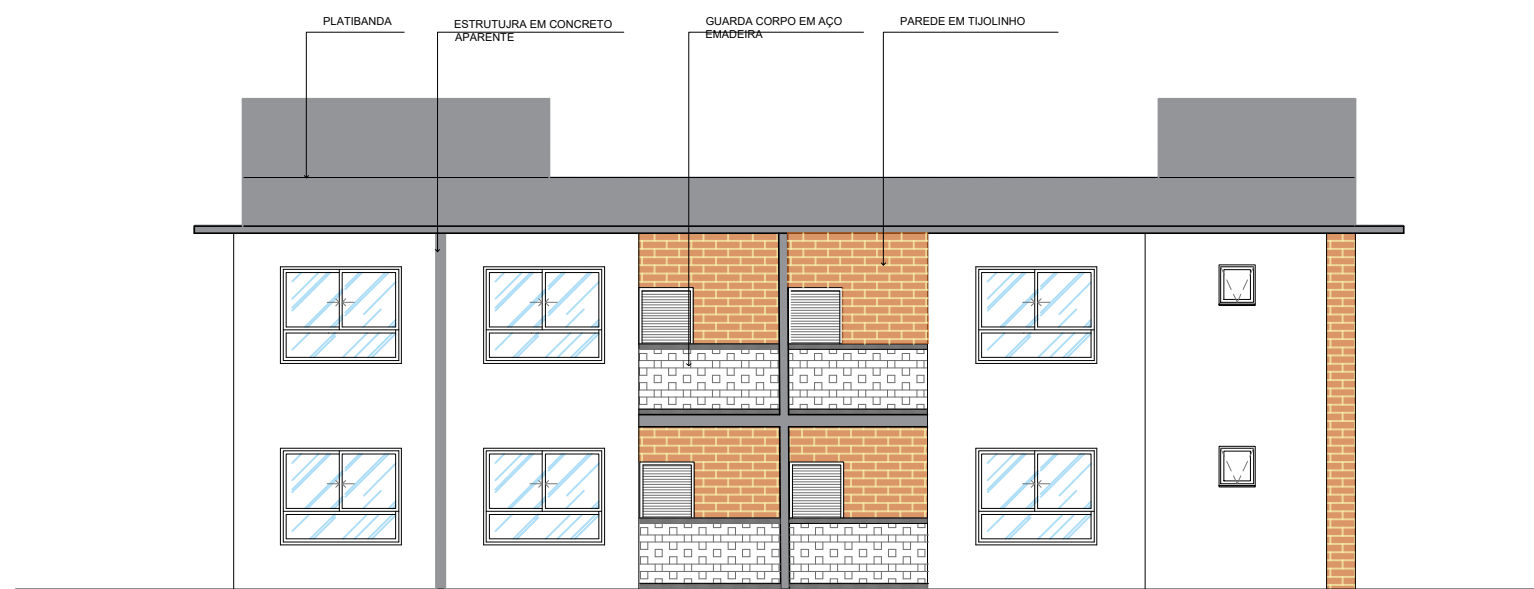
APÊNDICE I: Fachadas



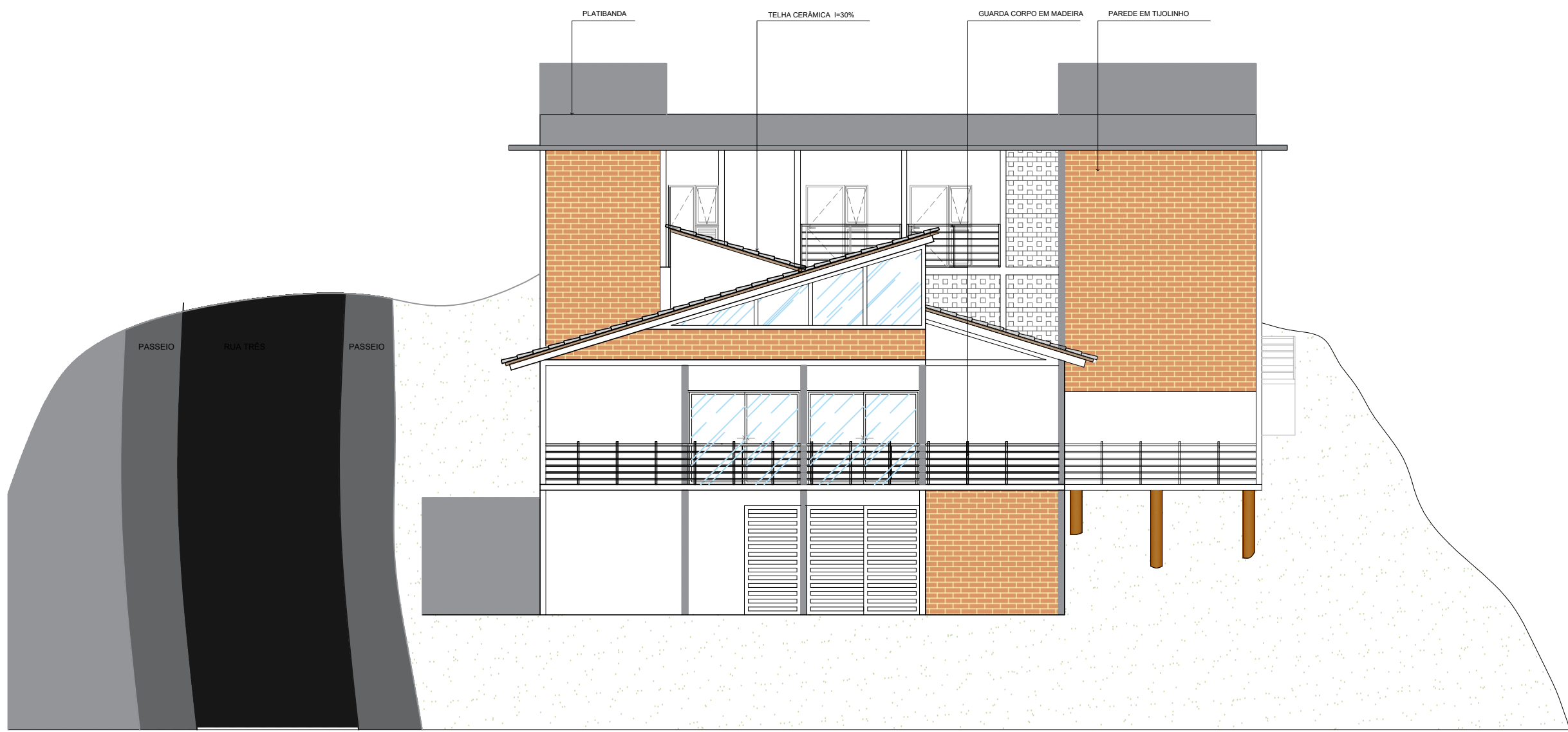
11 FACHADA OESTE
ESCALA 1:125



12 FACHADA LESTE
ESCALA 1:125



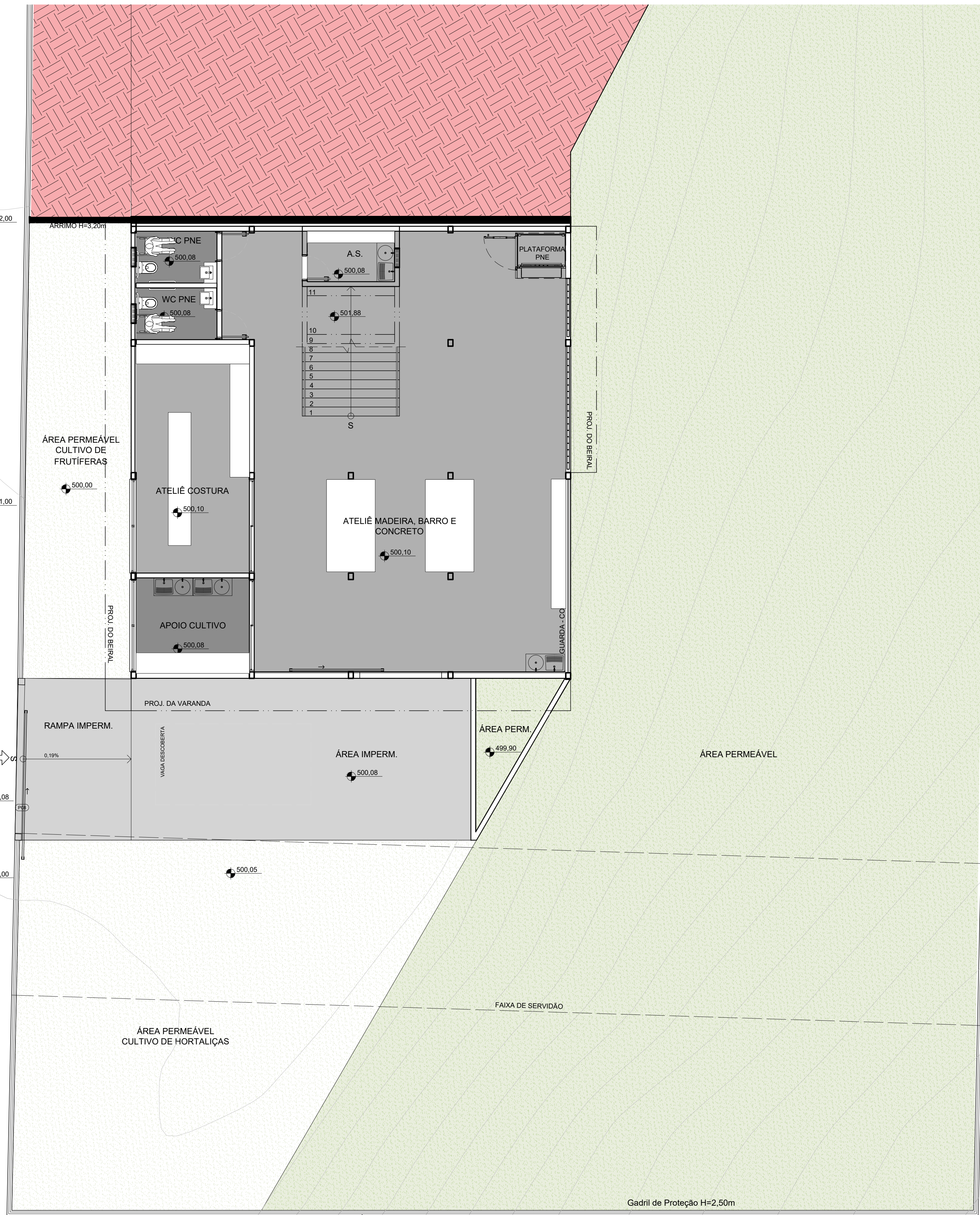
13 FACHADA NORTE
ESCALA 1:125



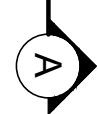
14 FACHADA SUL
ESCALA 1:125

PROJETO				
ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO				
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO			DISCENTE	
ARQUITETURA E URBANISMO			ISABELA RAMOS FERREIRA	
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO			ORIENTADOR	
CASA DE APOIO A RESSOCIALIZAÇÃO DE EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL			YURI QUEIROZ ABREU TORRES	
MARIANA - MG				
ESCALA	FORMATO	DESENHO	DATA	FOLHA
1:125	A1	FACHADAS	JUNHO DE 2022	09

APÊNDICE J: Planta Humanizada Subsolo



15 PLANTA SUBSOLO LAYOUT
ESCALA 1:75



PROJETO				
ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO				
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO			DISCENTE	
ARQUITETURA E URBANISMO			ISABELA RAMOS FERREIRA	
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO			ORIENTADOR	
CASA DE APOIO À RESSOCIALIZAÇÃO DE EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL			YURI QUEIROZ ABREU TORRES	
MARIANA - MG				
ESCALA	FORMATO	DESENHO	DATA	FOLHA
1:75	A1	PLANTA SUBSOLO LAYOUT	JUNHO DE 2022	10

APÊNDICE K: Planta Humanizada Térreo



16 PLANTA TÉRREO LAYOUT
ESCALA 1:75

PROJETO				
ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO				
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO			DISCENTE	
ARQUITETURA E URBANISMO			ISABELA RAMOS FERREIRA	
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO			ORIENTADOR	
CASA DE APOIO À RESSOCIALIZAÇÃO DE EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL			YURI QUEIROZ ABREU TORRES	
MARIANA - MG				
ESCALA	FORMATO	DESENHO	DATA	FOLHA
1:75	A1	PLANTA TERREO LAYOUT	JUNHO DE 2022	11

APÊNDICE L: Planta Humanizada Pavimento 1



17 PLANTA 1º PAVIMENTO LAYOUT
ESCALA 1:75

PROJETO				
ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO				
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO			DISCENTE	
ARQUITETURA E URBANISMO			ISABELA RAMOS FERREIRA	
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO			ORIENTADOR	
CASA DE APOIO À RESSOCIALIZAÇÃO DE EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL			YURI QUEIROZ ABREU TORRES	
MARIANA - MG				
ESCALA	FORMATO	DESENHO	DATA	FOLHA
1:75	A1	PLANTA PAVIMENTO 01 LAYOUT	JUNHO DE 2022	12

APÊNDICE M: Planta Humanizada Pavimento 2

